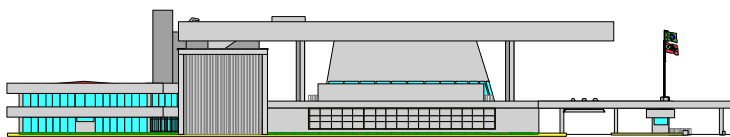


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE NOVEMBRO DE 2004

NÚMERO 5.346

15ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Volnei Morastoni  
**PRESIDENTE**  
Onofre Santo Agostini  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Nilson Gonçalves de Souza  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romildo Titon  
**1º SECRETÁRIO**  
Altair Guidi  
**2º SECRETÁRIO**  
Francisco de Assis  
**3º SECRETÁRIO**  
Genésio Goulart  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: César Cim

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Julio Garcia – Presidente  
Hemeus de Nadal – Vice Presidente  
Celestino Secco  
Odete de Jesus  
Dionei Walter da Silva  
Joares Ponticelli  
Pedro Baldissera  
João Henrique Blasi  
Jorginho Mello  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori – Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente  
Julio Garcia  
Antônio Carlos Vieira  
José Paulo Serafim  
Manoel Mota  
Djalma Berger  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Dionei Walter da Silva – Presidente  
Rogério Mendonça – Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Antônio Carlos Vieira  
Paulo Eccel  
Antônio Ceron  
Jorginho Mello  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente  
Valmir Comin – Vice Presidente  
Pedro Baldissera  
Dionei Walter da Silva  
Nelson Goetten de Lima  
César Cim  
Francisco Küster  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Rogério Mendonça – Presidente  
Celestino Secco – Vice Presidente  
Afrânio Boppré  
Paulo Eccel  
Francisco Küster  
Narcizo Parisotto  
Antônio Ceron  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

João Paulo Kleinübing – Presidente  
Afrânio Boppré – Vice Presidente  
César Cim  
Reno Caramori  
Antônio Carlos Vieira  
Wilson Vieira – Dentinho  
Rogério Mendonça  
Manoel Mota  
Djalma Berger  
**Quartas-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

João Rodrigues – Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente  
Jorginho Mello  
César Cim  
João Henrique Blasi  
José Paulo Serafim  
Lício Mauro da Silveira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,  
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente  
Valmir Comin – Vice Presidente  
Mauro Mariani  
Paulo Eccel  
Hemeus de Nadal  
Clésio Salvaro  
João Paulo Kleinübing  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Djalma Berger – Presidente  
Joares Ponticelli – Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto  
Wilson Vieira – Dentinho  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Clésio Salvaro – Presidente  
Odete de Jesus – Vice Presidente  
Reno Caramori  
João Paulo Kleinübing  
Ana Paula Lima  
José Paulo Serafim  
Simone Schramm  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente  
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente  
Mauro Mariani  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Nelson Goetten de Lima  
Clésio Salvaro  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente  
Djalma Berger – Vice Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Pedro Baldissera  
João Rodrigues  
Simone Schramm  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente  
Rogério Mendonça – Vice Presidente  
Cesar Souza  
Odete de Jesus  
José Paulo Serafim  
Ana Paula Lima  
Francisco Küster  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente  
Rogério Mendonça – Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Cesar Souza  
Hemeus de Nadal  
Jorginho Mello  
Pedro Baldissera  
Dionei Walter da Silva

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Diretora: Maria Salette de Bem  
Urban

**Divisão de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.  
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1582**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 087ª Sessão Ordinária da  
2ª Sessão Legislativa da 15ª  
realizada em 17/11/2004 .....2

**Atos da Mesa**

Resoluções .....14  
Ato da Mesa DP .....15

**Publicações Diversas**

Audiências Públicas .....15  
Aviso de Resultado.....20  
Extrato .....20

**PLENÁRIO**

# ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2004 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - César Cim - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco Küster - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Serafim - Júlio Garcia - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Francisco Küster, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TVAL, nesta tarde, dando início ao horário do Pequeno Expediente, quero tratar de dois assuntos: educação e saúde.

Gostaria de propor à Comissão de Saúde da Casa, presidida pelo Deputado Clésio Salvaro, que convide o Deputado Eduardo Cherem, Secretário de Estado dos Negócios da Saúde, para comparecer a esta Casa, na próxima quarta-feira, para discorrer sobre assuntos atinentes a sua Pasta, inclusive, sobre assuntos relacionados ao tema de diversos pronunciamentos feitos na tarde de ontem.

Um deles foi proferido pelo eminente Deputado Afrânio Boppré, inclusive com a exibição de um filme com a tomada de ambulâncias que circundavam um hospital de Florianópolis, segundo o próprio Deputado ambulâncias oriundas do interior que para cá transportaram doentes. E esse fato também mereceu a consideração por parte do eminente Deputado Antônio Ceron.

Então, a vinda da Secretário da Saúde Eduardo Cherem será para discorrer sobre esse e outros temas.

Creio que a Comissão de Saúde desta Casa é o espaço ideal, Sr. Presidente, para que esse assunto seja focado e também para que o Secretário da Saúde possa colocar aos Srs. Deputados o que está sendo feito e o que esse titular, que representa o Governo do Estado do Dr. Luiz Henrique da Silveira, pretende para os assuntos da Saúde Pública do Estado de Santa Catarina.

Portanto, o Secretário Eduardo Cherem virá para falar aos Srs. Deputados desse assunto e de outros também de interesse dos representantes do povo com assento nesta Casa.

Então, estaremos peticionando diretamente à Comissão de Saúde que adote essas providências, Sr. Presidente, para que possamos ter algumas dúvidas esclarecidas, com a presença do Secretário Eduardo Cherem aqui na próxima quarta-feira, se o expediente for acolhido pelo eminente Presidente da Comissão de Saúde.

Esperamos, de igual forma, contar com a presença dos Srs. Deputados, obviamente com os questionamentos a serem proferidos por eles.

Sendo assim, iremos esclarecer, dirimir dúvidas e, quiçá, estabelecer uma agenda de procedimentos para que situações como aquelas que foram levantadas possam ser suficientemente esclarecidas, ou talvez para que ocorra um enunciado de providências para, no mínimo, amenizar essa, que é uma questão que realmente aflige as pessoas doentes que necessitam dos atendimentos nos hospitais da Capital.

Esse é um problema que já remonta muito tempo. Há muitos anos que se faz essa verdadeira romaria de ambulâncias à Capital do Estado. Isso não é uma exclusividade deste Governador nem do Governo passado. Essa situação remonta muitos Governos, porque o interior do Estado não dispõe de uma logística para o atendimento de doenças especiais, de doenças que ensejam a necessidade de um especialista para promover esse atendimento.

É oportuno o comparecimento do Secretário da Saúde, a fim de que possa debater com os Srs. Deputados. Uma vez que ele é originário desta Casa, por certo haverá de travar um bom diálogo com os Parlamentares na próxima quarta-feira.

O assunto seguinte, Sr. Presidente, é relacionado com a presença do Secretário Interino da Educação a esta Casa na manhã de hoje, convocado através da Comissão de Educação, tão bem presidiada pelo Deputado Paulo Eccel. Aqui compareceu o professor Diomário Queiroz, figura por demais conhecida, que dispensa maiores comentários, e que exerce essa Pasta interinamente, em função do afastamento do professor Jacó Anderle por motivos de saúde.

O professor Jacó Anderle se encontra em um processo de recuperação de uma cirurgia grande, e esperamos que Deus o ajude e que ele logo possa estar restabelecido para retornar as suas atividades à testa da importante Secretaria da Educação.

Assistimos ao debate que foi travado com os estudantes representantes da UCE, da UNE, da Acafe e de outras entidades que compareceram nesta manhã na Comissão de Educação.

Queremos dizer que, sob o ângulo da nossa ótica, o professor Diomário Queiroz representou muito bem aquela Pasta. E eu me valho desta oportunidade para cumprimentá-lo, bem como a toda sua equipe.

Acreditamos que o Presidente da Comissão haverá de fazer maiores comentários. Eu me reporto mais ao desempenho do professor Diomário Queiroz, que ocupa a Pasta interinamente - e desde o início do Governo Luiz Henrique da Silveira ela é ocupado pelo nosso amigo professor Jacó Anderle.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esses eram os principais assuntos que eu pretendia trazer nesta oportunidade. Mas já que ainda disponho de tempo, vou falar também sobre a reforma política.

Esperamos que os arquitetos dessa reforma política, ao concebê-la, a façam bem feita e que não dispensem os necessários debates para que possamos ter uma reforma que venha para ficar, que seja algo duradouro e que permita que toda a sociedade brasileira organizada nos Partidos Políticos tenha uma blindagem legal que lhe permita a construção de Partidos fortes que possam ser suficientemente representativos.

Como já disse, esperamos que possam conceber algo bom para os brasileiros e para a classe política, e que não venham a gerar um mostrengo que enseje a necessidade de, em seguida, promoverem uma alteração. Portanto, que seja uma coisa duradoura e permanente.

Por isso, há necessidade de um debate amplo, de uma discussão ampla junto aos Parlamentos, às Assembléias Legislativas e, por que não dizer, às Câmaras de Vereadores, para que eles tenham a grandeza de auscultar e analisar sugestões. Que não venha, fruto da emoção das urnas, uma imposição de cima para baixo e com isso gerando, ao invés de uma solução, mais contrariedade, mais insatisfação no seio dos Partidos Políticos.

O nosso desejo é que essa reforma política traga algo bom e duradouro e, acima de tudo, que seja democrática, porque para que seja duradoura terá que ser uma lei democrática que não exclua, que não crie garrotes descabidos que se confrontem com a nossa tradição e com a nossa cultura, que sirva, antes de mais nada, como um aprimoramento no processo político e eleitoral do país.

Nós testemunhamos um evento cívico da maior importância, que foram as eleições municipais recentemente ocorridas, com avanços extraordinários que o Brasil detém nessa área que é o voto eletrônico, mas que já demonstra algumas fragilidades. E lamento pela população de Içara, pelo ocorrido naquele Município. Espero que as autoridades possam trabalhar mecanismos de blindagem para coibir esses procedimentos que macularam, lamentavelmente, sem sombra de dúvida, o processo político eleitoral naquele Município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até 10 minutos.

(Pausa)

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença das minhas conterrâneas do Município de Tubarão, o Clube de Mães do bairro Santo Antônio de Pádua e o Clube de Mães da comunidade de Congonhas.

Muito obrigado pela visita de vocês!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Da mesma forma, esta Presidência saúda as visitantes!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, aproxima-se o processo de eleição da nova Mesa. Que os candidatos a compor a Mesa Diretora tenham o zelo de fazer companhia ao Presidente na condução dos trabalhos.

Na ausência do Deputado Afrânio Boppré, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado César Cim, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de registrar a presença dos servidores da Secretaria de Planejamento, encarregados do Orçamento do nosso Estado para o ano de 2005 e agradecer a presença dos mesmos. E eu o faço em nome desta Casa, uma vez que eles, tão gentilmente, acataram o nosso convite para que nós possamos desempenhar com toda tranqüilidade a função de Relator do Orçamento do Estado de Santa Catarina para o ano de 2005.

Cumpro também o dever de me congratular, e o faço com muito orgulho, como catarinense que sou, Sr. Presidente, pela brilhante e exitosa investida do nosso Governador, como todas as demais autoridades federais e estaduais, no sentido de pôr fim ao embargo russo com relação aos produtos de Santa Catarina, especialmente as carnes suína, bovina e de frango.

O Governador foi criticado, chegou até a ser humilhado pela viagem que fez à Rússia. Ele trabalhou em silêncio, Deputado Manoel Mota, fez aquilo que o dever de casa manda, e todos os catarinenses deveriam ter orgulho disso.

Infelizmente, alguns Parlamentares não tiveram esse orgulho, mas nunca duvidamos da capacidade do Governador, no sentido de fazer isso, como catarinense, como mandatário máximo!

Evidentemente, essa conquista está deixando o coração dos catarinenses com mais orgulho, com mais brio e com mais segurança, na certeza de que o nosso Governador tem-se interessado em resolver os problemas que dizem respeito não só à sua base de sustentação, mas principalmente a todos os catarinenses.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar V.Exa. e parabenizá-lo pelo bellissimo discurso e pela importância da matéria.

Ontem mesmo, o Deputado Joares Ponticelli fez críticas ao Governo do Estado, perguntando o que o Governador havia ido fazer na Rússia. E eu disse que ele estava totalmente desinformado, pois, apesar de gostar de estar sempre bem informado, acabou entrando numa bola dividida, porque a área produtiva de Santa Catarina está orgulhosa da atuação de Sua Excelência.

O Governador Luiz Henrique, hoje, pelo trabalho desenvolvido na Rússia, tem o aplauso dos produtores catarinenses, que estão preparados para a grande missão de exportar carne suína. Este foi o grande dividendo da viagem, é uma coisa linda para

Santa Catarina. E, com certeza, o Oeste, o Meio-Oeste estão satisfeitos, além do Sul, pois muitos Municípios têm chiqueirões. Cito o exemplo de Braço do Norte, que produz carne suína, e por isso a região do Deputado Joares Ponticelli vai ser muito beneficiada.

O Deputado Joares Ponticelli fez um pesado pronunciamento contra o Governo, mas o Governador deu a resposta, e hoje a carne suína já pode ser exportada, em virtude do trabalho do Chefe do Poder Executivo. Então, o Deputado não precisa ficar nervoso, porque quem ganhou com tudo isso foi a área produtiva de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - As pessoas de inteligência marcante enxergam as coisas que vão acontecer no futuro, e certamente o Deputado Joares Ponticelli, com a sua perspicácia, com a sua inteligência e com a sua combatividade, previu que ia dar certo. E como não poderia criticar depois, criticou antecipadamente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Ouço, com muito prazer, o meu irmão, Deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Caro Deputado Cezar Cim, obrigado pelo aparte, mas quero dizer ao Deputado Manoel Mota, e já foi chamado à atenção oficialmente três vezes, que ao se referir a outro Deputado S.Exa. precisa tratá-lo de Excelência. E eu quero que V.Exa. me trate com o devido respeito, conforme o Regimento da Casa exige. V.Exa. tem pecado muito contra o Regimento. Por favor, eu lhe peço, educadamente, que me trate com o respeito estabelecido no Regimento da Casa. É o apelo que quero fazer-lhe, pela terceira vez! Por duas vezes a Presidência chamou a atenção de V.Exa., e hoje eu quero pedir-lhe.

Mas com relação à matéria que V.Exa. traz ao debate na tarde de hoje, Deputado Cezar Cim, quero dizer que estou muito satisfeito com o resultado, até porque tive a honra de liderar, nesta Casa, um Governo em que Santa Catarina conquistou o *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação. E para manter esse *status*, eu me recordei das dificuldades que o então Secretário Odacir Zonta e o então Governador Esperidião Amin tiveram que enfrentar (e V.Exa. sabe disto), quando foi feito todo um esforço para que Santa Catarina voltasse à vacinação. Inclusive, Deputado Antônio Ceron, chegou-se a levantar a suspeita de que na sua região haveria gado contaminado com febre aftosa. Mas o Governo resistiu e mantivemos a certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação. Na verdade, Santa Catarina é o único Estado do País que, juntamente com o Chile, na América, tem essa certificação.

Portanto, foi um processo construído ao longo de muitos anos, com a participação dos agricultores, dos produtores, dos técnicos da Cidasc e da sociedade catarinense. Reafirmo, foi no Governo passado que se conquistou essa certificação e por isso é que se abriu o mercado russo.

Foi fechado agora, mas que bom que o Governo Federal e o Governo Estadual se irmanaram e o mercado está sendo reaberto. Por isso, quero cumprimentá-lo, porque sei da importância deste setor para a economia catarinense, não só pela minha região no Sul do Estado, Braço do Norte, mas pelo Oeste e por todo o Estado de Santa Catarina. Parabéns, Deputado Cezar Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, Deputado Joares Ponticelli, sabemos que lá no fundo V.Exa. também por ser catarinense está orgulhoso dessa vitória que é nossa, do povo catarinense, e nós fazemos parte desse orgulho.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

Deputado Manoel Mota, avisei V.Exa. que iria desentocar o Deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Só quero fazer uma correção. O Deputado Joares Ponticelli, V.Exa. já criou uma equívoco ontem, quando disse que o chamei de burro, e não é verdadeiro. V.Exa. está ouvindo mal, estava ouvindo mal. Veio aqui pedir para tirar aquela palavra, mas não existe isso. Foi V.Exa. que admitiu essa coisa. Segundo ponto: pela primeira vez admitiu o sucesso e o trabalho do Governador.

Obrigado, Deputado Joares Ponticelli, pela primeira vez em dois anos reconheceu o trabalho do Governador do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, Deputado Cezar Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Obrigado, Deputado Manoel Mota. Isso é próprio dos homens de bem, das pessoas que cumprem com o seu papel - ele na Oposição e nós na Situação.

Sr. Presidente, acho que o Deputado Joares Ponticelli e o Deputado Manoel Mota tramaram contra mim, contra o meu PDT, no sentido de me tirar o tempo. E agora me vejo desesperado, eis que me falta só um minuto e 40 segundos. Hoje, eu iria defender um assunto que interessa a nós todos, que é a fome do leão no Imposto de Renda, que tem-nos sacrificado tanto.

Agora, o que importa é que nós estamos aqui tratando de assuntos que dizem respeito a toda Santa Catarina. Esse debate se faz necessário e é interessante. Que bom se todos nós fôssemos aparteados, não é, Deputado Herneus de Nadal, Deputado Pedro Baldissera, Deputado Antônio Ceron? Pois assim poderíamos trocar idéias aqui, e a sociedade poderia acompanhar essa nossa troca de idéias.

De qualquer forma eu fico feliz, agradeço a interferência e fico devendo à sociedade catarinense esse assunto que me trouxe à tribuna, no sentido de questionar a resistência da elite política dominante, do Presidente do Congresso Nacional, em reajustar a tabela do Imposto de Renda.

Voltarei em outra oportunidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

Antes, porém, gostaria de anunciar a presença em nosso meio e saudá-lo, por estar conosco nesta tarde, do Prefeito eleito do Município de Monte Carlo, o mais novo do Estado de Santa Catarina, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, que se encontra na Capital do Estado, juntamente com a Vereadora Catarina e seu esposo Luís, que nos vistam na Assembléia Legislativa.

Sejam bem-vindos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero trazer exatamente uma situação que o povo vive, de maneira especial o do Extremo Oeste do Estado, que neste momento interpela a própria Assembléia Legislativa, para que no debate e no encaminhamento da votação do Orçamento para o exercício de 2005 pudesse de maneira muito especial ser contemplado.

Eu tive a oportunidade de acompanhar de perto o Orçamento Regionalizado na região de São Miguel d'Oeste.

Deputado Afrânio Boppré, eu prestava muita atenção, no dia de ontem, quando V.Exa. refletia, debatia um dos temas mais importantes que o Parlamento deve sempre discutir, que é a saúde.

Quando iniciamos, na época, em São Miguel d'Oeste, a discussão, o debate em torno do tema, aquela Secretaria optou exatamente como primeira prioridade do Orçamento daquela região a construção do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina.

A partir disso, acompanhei de passagem vários momentos de manifestação do Secretário Regional José Carlos Fiorini, onde ele convocava os Prefeitos atuais, os reeleitos e os futuros Prefeitos para juntos discutirem uma forma de conseguir uma verba do Orçamento das Prefeituras Municipais daquela região para adquirir um terreno para a construção do referido hospital.

A partir disso, Deputado Afrânio Boppré, iniciei uma busca pelo Orçamento da Secretaria Regional de São Miguel d'Oeste, na lei orçamentária para o exercício de 2005. Para minha surpresa, a prioridade nº 1 da Secretaria Regional de São d'Oeste não estava contemplada no encaminhamento da lei orçamentária para o exercício de 2005, que é a construção do hospital regional daquela região.

Quando V.Exa. demonstrava, através do vídeo, a "ambulancioterapia", mais uma vez isso me fez voltar ao passado e reafirmar que essa história nem dessa vez será superada.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Considero importante o seu discurso por duas razões. Primeiramente, porque mostra o seu empenho, o seu zelo de verificar, constatar o seu trabalho parlamentar na Assembléia, inclusive indo investigar o ponto de vista orçamentário, a relação com a Secretaria Regional de São Miguel d'Oeste. Isso mostra que V.Exa. tem um foco muito

preciso e se dedica a reconhecer os compromissos do Governo.

Um segundo aspecto que queria chamar a atenção é de que o modelo administrativo, a chamada reforma administrativa, as Secretarias Regionais que foram espalhadas por Santa Catarina de fato têm uma relação com um modelo extremamente perverso porque se por um lado houve uma descentralização física, territorial, em 29 microrregionais, neste Estado nós temos uma repartição pública, um aparelho de Estado para servir a população, mas, por outro lado, existe uma concentração política, a cabeça pensante não acompanha as intenções do organismo administrativo.

Por isso podemos concluir que faz dois anos que esse modelo está em teste e não consegue responder, não consegue se adequar à realidade. Acredito que é necessário revê-lo profundamente, sob pena de vermos as Regionais assumirem prioridades, mas quando encaminham a peça orçamentária para a Assembléia, a Secretaria da Fazenda é a centralizada, é a caneta do Governador Luiz Henrique da Silveira centralizada que não consegue atender ao apelo e às demandas das Regionais.

Então, podemos afirmar que o modelo está em crise e exige uma revisão profunda.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fico surpreso, também, Deputado Herneus de Nadal, que no Orçamento regional da Secretaria de São Miguel do Oeste nem sequer está contemplada para o exercício de 2005 a função saúde e que lá estão dotados mais de R\$12 milhões.

Pior do que isso, os gastos do Orçamento do Estado com a saúde, Deputado Antônio Ceron, até o mês setembro foram na ordem de 5.02% da receita líquida do Estado. Quero estar enganado nestes dados, mas fazendo uns cálculos, restam ainda a serem aplicados, até o final deste exercício, mais de R\$320 milhões em despesa com a Secretaria da Saúde.

Portanto, preocupa-me muito, neste momento em que vivemos, esses graves problemas que estamos enfrentando no que diz respeito à saúde pública de nossos cidadãos e cidadãs. Percebemos que o Orçamento do Estado está longe de poder ser contemplado com o percentual mínimo a ser exigido pela Constituição Federal.

Desta forma, nós aqui temos que fazer uma reflexão, Deputado Herneus de Nadal, Líder do Governo, sobre este assunto. Tomara que eu esteja enganado com os dados que aqui me chegaram. Ao mesmo tempo quero informar de antemão que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrará, sem dúvida alguma, com uma emenda para que possa contemplar aquelas prioridades levantadas nas discussões daquela região do Extremo Oeste, mais propriamente a Secretaria Regional de São Miguel d'Oeste.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Agradeço, nobre Deputado Pedro Baldissera, pela oportunidade. Mas quero fazer um registro: V.Exa. é um Deputado que está sempre preocupado com a nossa região, por isso até temos parcerias, defesas conjuntas, como esta do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste.

Gostaria, com a permissão de V.Exa., fazer algumas considerações a respeito do assunto levantado. Primeiro, com relação aos percentuais aplicados e às manifestações que dizem respeito à Secretaria da Saúde, o nosso Colega e Secretário Eduardo Cherem, em contato com o Deputado Francisco Küster, solicitou sobre a possibilidade de vir à Assembléia já na terça-feira que vem, no horário regimental das reuniões das Comissões, a fim de dar todos os esclarecimentos referentes às verbas aplicadas, ações desenvolvidas na saúde de nosso Estado.

Com relação a São Miguel d'Oeste, a informação que nós temos é de que a área está sendo adquirida e o próprio Secretário nos afirmou, na parte da manhã, que tão logo sejam ultimados os procedimentos, será realizada a licitação para a realização do projeto do hospital, que já está contemplado, Deputado Pedro Baldissera, em nosso PPA. E nós, de forma conjunta, vamos fazer com que se garantam as condições para que esta obra possa ser realizada, pois atende a expectativa da nossa população, da qual V.Exa. é um legítimo, um digno representante. Nós estamos juntos nessa briga que, com certeza, vai ter que se tornar uma realidade, para que possamos atender melhor aos nossos cidadãos.

O Sr. Deputado César Cim - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. Presidente, gostaria, com muita honra, de registrar a presença, em nosso Plenário, do Sr. Osmar Minozo, Presidente do PDT, do Município de Ilhota, dos Srs. Vereadores eleitos Cirineu e Pedro Paulo Batista Neto e do Sr. Paulo Roberto, que é membro do nosso PDT, do mesmo Município.

Quero dizer a eles que assim como eu a nossa Casa está feliz pela presença deles. O meu PDT tem muito orgulho do PDT de Ilhota, que é bem representado por todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Da mesma forma, esta Presidência saúda os colegas do Deputado César Cim, que estão presentes nesta Casa, na tarde de hoje.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na desistência do Sr. Deputado Manoel Mota, esta Presidência passa para o horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL, Partido Liberal.

Com a palavra a Sra. Deputada Odete de Jesus, Líder do Partido, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - (Passa a ler)

"Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho até esta tribuna, hoje, para falar de uma data que marca o calendário histórico, uma data importantíssima, que não poderíamos deixar de passar em branco. O dia 20 de novembro, sábado próximo, é o dia em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra.

A data retrata uma disputa pela memória histórica e preserva a memória da nossa história brasileira.

Nessa data de 1695 foi assassinado Zumbi, um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, que se transformou em um grande exemplo de resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade.

Os movimentos sociais escolheram esta data para mostrar o quanto o País está marcado por diferenças e discriminações raciais.

A idéia de marcar o dia no calendário é também uma luta pela visibilidade do problema, pois o tema do racismo sempre foi negado, como se não existisse.

Quando se fala em consciência, logo lembramos da capacidade de perceber o que acontece em nossa volta, perceber as diferenças, perceber os nossos direitos e respeitar os direitos dos demais.

É importante que nós, catarinenses, e nós, brasileiros, Srs. Deputados, destaquemos esta data como o Dia Nacional de todos os brasileiros que lutam por uma sociedade de fato democrática, igualitária, unindo toda a classe trabalhadora num projeto de Nação que contemple a diversidade engajada num processo histórico."

Então, Sr. Presidente, esta Deputada, de maneira alguma, poderia deixar essa data do dia 20 de novembro, no próximo sábado, passar em branco.

No meu gabinete tenho funcionários muito competentes, Sr. Deputado Antônio Ceron, Líder do PFL e são negros e brancos! Não podemos compartilhar com discriminação.

Infelizmente, Deputado Celestino Secco, V.Exa. que é professor, em escolas existe a discriminação! A cota para frequentar as universidades é uma prática maligna! Somos todos iguais, precisamos aspirar o ar para viver, temos as mesmas necessidades fisiológicas e todos querem o seu espaço. A discriminação ao negro, ao pobre e à mulher ainda impera neste nosso Brasil. Temos que liquidar com essa prática maligna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência do Deputado representante, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Francisco Küster, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados retorno à tribuna para discorrer um pouco sobre os pronunciamentos dos oradores que me antecederam,

como o do inteligente Deputado Pedro Baldissera (quem sou eu para julgá-lo, e chamá-lo de inteligente é o óbvio), que se reportou ao fato da carência de assistência na sua região por parte da Saúde.

Eu poderia, pegando o gancho, com o devido respeito, dizer que é mais um motivo para o esforço do incansável Governador Luiz Henrique da Silveira no campo da descentralização! Ele tem que aproximar não apenas os gestores públicos do povo, mas também os recursos. É um processo que exige um esforço sobre-humano porque está rompendo com uma estrutura cinquentenária ou mais que isso, para viabilizar o modelo novo que permita dar resposta aos reclamos, aos anseios da sociedade imediatamente, sem a necessidade de ouvir e de ter que administrar com o humor da burocracia encastelada no poder! Essas não são as mesmas dificuldades que enfrenta o Presidente Lula? Evidentemente que sim! A Capital da República está longe e lá o sistema presidencialista confia superpoderes ao Presidente, ao Governador e ao Prefeito!

Em função do modelo, um misto de presidencialismo com parlamentarismo, acaba ficando fragilizado, tanto o Governador quanto o Presidente, por mais que tenham vontade e que sejam seus desejos as ações chegarem imediatamente na base, que é onde o cidadão necessita. Mas as coisas emperram na burocracia porque esse é o modelo.

E daí eu conceituar como ação corajosa do Governador Luiz Henrique de mudar, mas só muda quem tem coragem, porque somos dotados de uma formação conservadora, pela nossa cultura. É muito melhor viver com o que conhecemos e dominamos do que ousar e mudar. Ele mudou, ele provocou uma transformação polêmica, é verdade, e haverá de dar certo porque os frutos já estão surgindo. Mas quero crer que alguns ajustes haverão de acontecer e acredito que o Governador os fará para buscar o seu aprimoramento.

Eu não tenho dúvida que Santa Catarina uma vez mais salta na frente ditando aos demais Estados um modelo que aproxima as decisões, aproxima o Governo e os recursos da sociedade, porque é a sociedade que produz esses recursos através dos impostos.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Eu gostaria de anunciar aqui a presença do Sr. Vereador Marcos Aurélio Fernandes, atual Presidente interino da Câmara de Joinville, que hoje está prestigiando a nossa sessão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Faça coro ao registro, e tenha uma boa estada aqui nesta Casa, o correligionário do nosso colega Deputado Wilson Vieira.

Sr. Presidente, quero dizer que é um papel nosso, democratas que somos, pois vivemos hoje uma democracia, mas ela não é plena porque sob a minha ótica existe uma espécie de ditadura econômica e financeira, concentração da riqueza nas mãos de poucos e centralismo de recursos nas mãos de alguns burocratas que gerenciam

conforme o seu humor. Não discutem com a sociedade.

O Secretário da Fazenda, que faz o mesmo papel do Ministro Palocci, que tem a obrigação de comandar, de gerenciar, é o gestor dos recursos públicos! Com o passar dos tempos esperamos que a peça orçamentária seja mais real do que fictícia, pois não raras vezes escutamos que uma peça orçamentária é uma ficção, porque se não tem o financeiro, é inaplicável, e há todo um elenco de providências que precisam ser adotadas, por dentro do próprio Governo, para dar eficácia a esse processo transformador, ousado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira.

Os recursos públicos são escassos, mas se bem gerenciados eles se multiplicam. Para que eles sejam bem gerenciados, a sua liberação tem que ser ágil, rápida.

Assim como sofre o Governador Luiz Henrique da Silveira, sofre o Presidente Lula, sofre o Secretário da Fazenda, sofre o Ministro Palocci.

É este o modelo contra o qual temos que lutar com as nossas forças; buscar, construir, se possível ainda num curto prazo, um novo pacto federativo que permita uma fatia mais expressiva dos recursos ficar nos Municípios e nos Estados.

Mas até que isso ocorra, todo o esforço feito com o objetivo de descentralizar as decisões, de aproximar as decisões do povo e da população é válido, é digno dos nossos elogios e, acima de tudo, do nosso apoio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Apenas para registrar a presença nas nossas galerias do Vereador Anderson Luz dos Santos, de Indaial, e o Vereador eleito Moadir Matias, um dos campeões de votos do Município de São Ludgero.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo o espaço do meu Partido, caro Deputado Reno Caramori, para dar seqüência a um assunto que nós trouxemos à tribuna no dia de ontem, que é necessário que o Poder Executivo, meu Caro Deputado Valmir Comin, comece a respeitar - não um pouco mais, porque não respeitava nada - o Parlamento de Santa Catarina.

Os Sras. Deputadas e os Srs. Deputados são testemunhas de quantos vezes eu vim aqui nesta tribuna pedir, Deputado Pedro Baldissera, que o Governo ouvisse a minoria, que o Governo desse atenção às minorias.

Há poucos dias houve o episódio da autorização da viagem do Governador do Estado, e a pauta estava trancada porque

havia necessidade de votar um projeto de lei de origem governamental, sobre a Conta Única, e tem uma emenda que, é a intenção do Governador ou pelo menos ele expressa publicamente, que dá 15% aos policiais.

Numa interpretação um pouco, não vou dizer equivocada, mas forçada do Presidente da Assembléia Legislativa, naquela oportunidade, houve a desobstrução da pauta para que pudessem ser votados outros projetos, e um deles era a autorização para o Governador viajar.

Mas mesmo assim a Situação não deu quórum para fazer aquela votação! Eu me reportei aos Deputados Afrânio Boppré e Joares Ponticelli para que fizessemos um esforço em nome do interesse de Santa Catarina e ajudássemos a dar quórum para aquela votação.

Há duas semanas eu ocupei a tribuna para alertar que no Diário Oficial do Estado do dia 15 ou 16 de outubro constava a medida provisória do abono aos professores. Já passava do dia 20 de outubro e essa medida não tinha sequer sido lida no expediente da Assembléia Legislativa. Isso eu falei deste microfone!

Imaginei que poderia ser um recurso que a base Governista tinha para esconder do Parlamento de Santa Catarina o direito de discutir a medida provisória, pois se é urgente, com certeza é importante - a necessidade da urgência para que seja editada. Se é urgente, é importante também que a sociedade de Santa Catarina tivesse conhecimento.

No 30º dia da tramitação da matéria aqui na Casa - no 25º dia foi votada a admissibilidade -, portanto no último dia, tivemos que forçar, regimentalmente, uma reunião na Comissão de Serviços Públicos para podermos ter o direito de pedir destaque no Plenário de alguma emenda Parlamentar que estava apensada àquele projeto.

Nós dizíamos para discutirmos o assunto. Nunca tivemos dúvidas de que o Governo ganhe na votação - e ganhou todas. E todos os dias as manchetes dos jornais estampam: "Mais uma vitória retumbante do Governo", "Mais uma derrota das Oposições". Isso acontece há dois anos e faz parte do jogo!

Quantas votações aconteceram aqui nesta Casa porque nós demos quórum. E eram projetos importantes do Governo, alguns nem tanto para Santa Catarina, porque a sua eficácia depois demonstrou que inexistiram. Mas, votando na intenção de que eles fossem bons, nós demos quórum para que isso acontecesse.

Mas não adianta, a Oposição continua não por parte dos Deputados... Tenho o maior respeito e amizade por todos os Deputados da base governista. E é muito difícil dizer "não" a um apelo do Deputado Herneus de Nadal, do Deputado João Henrique Blasi e do Deputado Manoel Mota, um pouco folclórico, mas autêntico.

Mas, no entanto, não está mais fácil, Deputado Joares Ponticelli, dizer "sim" também na Oposição, sendo subserviente e conivente com a maneira ditatorial que o Governo do Estado de Santa Catarina trata este Poder.

Se pudéssemos voltar a fita, veríamos vários discursos proferidos daqui da tribuna não por este Deputado, mas por uma série de Srs. Deputados, alertando sobre a maneira como está sendo direcionado o relacionamento do Governo, do Executivo, com o Legislativo.

Por isso, no dia de ontem, encaminhamos uma proposta não para atrapalhar o Governo. Se ele tiver juízo, será para ajudá-lo! Quem prometeu um aumento para os policiais não fui eu! Eu nem era candidato a Deputado Estadual, por isso não tinha nada que prometer aumento para alguém! Quem prometeu, no Plano 15, ajudar o policial foi o Governador do Estado. Quem disse, depois de aprovar uma lei que concedia aumento de 93,81%, que neste ano, no primeiro semestre de 2004, haveria 15% de aumento não foi um Deputado da Oposição, e sim o Governo e os Secretários do Governo do Estado - menos de ¼ do total que deve pela Lei nº 254.

A lei reserva o direito de implementar só quando tiver dinheiro e limite na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ela não prevê que é preciso aprovar o projeto da Conta Única para dar aumento para policial ou para professor em Santa Catarina!

Agora, o Governo tentou atrelar o projeto da Conta Única ao aumento do policial! Mas, tudo bem, o Governo mudar de posição não é novidade! Foi para o Serra, abandonou o Serra; foi para o Lula e já está dando também o pontapé no projeto da parceria com o Governo Federal. Portanto, mudar de lado não é nenhuma novidade.

Só que tem na Casa um projeto da Conta Única, que tem uma emenda para garantir a sua palavra aos 15%, mas ele o retirou de pauta. Um projeto de origem governamental, em regime de urgência, foi retirado de pauta! Pois vamos votar o projeto da Conta Única! Eu votarei hoje, se é para dar esse aumento aos policiais!

No entanto, a sua vontade soberana não prevaleceu e um Deputado da base governista apresentou um substitutivo que foi adjetivado pelo Governador como um projetinho - a Conta Única agora é um projetinho. E foi um Deputado da base e não um da Oposição. E aí retiraram a matéria de pauta.

Mas esperem aí: se aprovarem a Conta Única, dizem que vão dar aumento. Mas não votam em Plenário, e daí o que nós vamos fazer? Continuar a bater palmas? Durante dois anos eu bati palmas e não bato mais. Esta é uma posição pessoal minha: enquanto o Governador do Estado não fizer na prática aquilo que ele disse em campanha e agora durante o mandato que faria, eu não voto projetos do Governo do Estado.

Enquanto ele não definir, numa conversa honesta, concreta e objetiva, para os servidores da Segurança Pública aquele direito que eles já têm em lei - tinham na promessa, tinham no Plano 15 e agora têm em lei, mas não acontece nada -, eu não voto nenhum projeto, por mais urgente que seja!

Como até hoje as vitórias retumbantes nesta Casa sempre foram da base aliada, que ela venha com 21 Deputados aqui e aprove o projeto que quiser. Terá o meu "não", terá o meu discurso, terá a

minha argumentação, mas não terá o meu voto! Sou solidário à proposta da Bancada do Partido dos Trabalhadores de estender esse posicionamento às questões relacionadas não somente à Segurança Pública, mas também aos servidores da Saúde e da Educação.

O Plano de Cargos e Salários da Saúde e a lei que trata também da regulamentação dos servidores da Educação é uma proposta da Bancada do PT, que eu também acolho e sou solidário a ela nesse encaminhamento. E concluo dizendo que não é para atrapalhar! Quem está atrapalhando, quem está-se malhando é o próprio Governo, que fez uma reforma e agora terá de reformá-la, pois fez uma reforma criando despesa! Não somos nós que estamos atrapalhando.

Governo, escute! Eu digo até que a Oposição só atrapalha, mas escute! Faça de conta que não escuta, mas escute o que a Oposição fala! E daí, quem sabe, poderá salvar esses dois anos que ainda tem pela frente.

Para concluir, eu gostaria de me referir à questão da Saúde, àquilo que foi comentado pelo Deputado Pedro Baldissera sobre o investimento de 5% na Saúde neste ano.

No ano passado, empenharam milhões em despesas fictícias para cumprir a lei, porque eles entraram com investimento negativo em 2004. Podem ter certeza de que em dezembro vai vir para cá projeto com a "mãe do badanho", com não sei quem, para também cumprir a lei. E no ano que vem estorna! Esta é a prática do Governo!

Como Deputado de Oposição, vou continuar aqui denunciando à sociedade de Santa Catarina aquilo que eu entendo que não é correto nem diz respeito à coerência deste Governo quando candidato e hoje no Poder!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu retorno no dia de hoje de uma missão que tive a alegria de integrar, junto com o Deputado Federal Cláudio Vignatti, convidados que fomos pelos Sistema Cooperativo do nosso Estado: a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc - e também a Fecoagro.

Essas cooperativas empreenderam viagem de contato com federações e sistema associativos do Chile e da Argentina, buscando, além da integração, informações e detalhes com relação ao sistema produtivo daqueles dois países.

Foram vários contatos, Srs. Deputados, extremamente importantes, produtivos, inclusive com cooperativas do Chile, onde tivemos o acompanhamento de integrantes da universidade daquele país, tratando de como se porta, de como se conduz o cooperativismo nos dois países.

Faziam parte da delegação os integrantes do corpo diretivo da Cooperativa Aurora, cooperativa de Santa Catarina, como V.Exas. sabem, de segundo grau, que industrializa e comercializa derivados de produtos primários de origem animal e vegetal, produzidos pelos nossos agricultores.

Também mantivemos, Sr. Presidente, junto com o setor cooperativista, contatos importantes com a indústria de derivados lácteos da Argentina, na segunda-feira, onde constatamos o grande avanço tecnológico que tem aquele país nessa área. Logicamente que esse contato, que essa busca junto com um setor extremamente representativo da atividade primária busca possibilidades e condições para que se possa incrementar a renda dos nossos produtores rurais.

Tive a satisfação e a alegria de poder integrar a comitiva e, como Parlamentar, de representar os próprios produtores rurais, que têm nesse sistema um grande aliado, já que ele tem atendido muito às expectativas, tem gerado emprego e renda na indústria e tem agregado valor na propriedade. E eu tenho procurado dar a minha modesta parcela de contribuição, acompanhando esse evento, que, com certeza, vai render para o cooperativismo e, sobretudo, para o associado, grandes frutos.

Deputado Rogério Mendonça, eu vejo que V.Exa. deseja apartear-me, mas antes que conceda a V.Exa. a oportunidade de se manifestar, sempre com seus comentários e idéias extremamente importantes, quero dizer que o nosso Estado comemora, desde ontem, uma grande vitória.

Já havia, é verdade, a previsão, logo depois da viagem da comitiva de Santa Catarina, que foi integrada pelo Governador, a convite do vice-Presidente da República e de vários setores da economia, de que comemoraríamos, mais dia menos dia, a queda das restrições por conta dos óbices criados, por conta das restrições sanitárias que foram impostas ao nosso Estado e da possibilidade do restabelecimento das relações comerciais.

Mas, para alegria de todos de nós, Deputado Rogério Mendonça, o nosso produtor, o produtor de carne suína do Estado de Santa Catarina, já pode comemorar essa conquista, até porque isso tem sido muito, e na grande e esmagadora maioria, fruto do trabalho eficiente do nosso produtor, que se credencia para comercializar os seus produtos em todo o mundo.

Nós sabemos da excelente qualidade da produção do nosso Estado e, logicamente, o Governo está integrado, na figura do Governador Luiz Henrique da Silveira, em todo esse processo. E nós podemos agora dar, ao menos, a tranquilidade para que aqueles que estão produzindo possam ter a garantia, a certeza da manutenção da sua atividade.

Mas é importante destacar, Deputado Rogério Mendonça, a qualidade do trabalho que realiza o nosso produtor rural na área de carnes em Santa Catarina. E por isso projeta e coloco o nosso Estado numa posição invejável com relação às demais unidades da Federação e também

com relação a outros países que também se dedicam nesta atividade.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Para minha satisfação, concedo a V.Exa. a oportunidade dar o seu aparte.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Herneus de Nadal, primeiramente, queremos dizer que, sem dúvida alguma, sentimos falta da sua presença aqui no Plenário nestes dias em que esteve ausente, representando o nosso Estado e o sistema cooperativista de Santa Catarina em viagem tanto ao Chile quanto à Argentina.

Sem dúvida alguma, V.Exa., pela sua atuação e pela sua facilidade de convívio entre todos os Colegas deste Plenário, é um grande Líder não só no tamanho, mas também pelo trabalho que realiza. O Governador Luiz Henrique da Silveira está de parabéns pelo brilhante Líder que tem aqui nesta Casa.

Mas V.Exa. fez referência a sua viagem, aos resultados que ela trará ao Sistema Cooperativista de Santa Catarina, a nossa agricultura, aos nossos agricultores, e, sem dúvida alguma, eu tenho certeza de que em pouco tempo nós já estaremos colhendo os frutos dela, assim como o Governador Luiz Henrique também, fruto de muitas viagens, que têm trazido um retorno para o Estado de Santa Catarina.

A Oposição ao Governo tem criticado, muitas vezes, essas viagens, mas nós sabemos que elas são importantes, Deputado Herneus de Nadal, e necessárias, pois, veja só, fruto da participação do Governador nessa viagem junto com o vice-Presidente da República, está sendo assinado, está sendo liberado, estão sendo tiradas todas as restrições da comercialização da carne suína e de aves aqui do nosso Estado. Aliás, o nosso será o único Estado do qual a Rússia estará aceitando a comercialização de carnes para aquele País.

Então, isso é fruto do trabalho do Governador e fruto dessas viagens. Da mesma forma em que V.Exa. e lideranças cooperativas de Santa Catarina estiveram visitando esses países aqui do Mercosul, o Governador tem representado muito bem o nosso Estado. E temos conhecimento de cada viagem, temos acompanhado os relatórios, e sabemos que elas têm tido um grande resultado para o nosso Estado de Santa Catarina.

Para finalizar, Deputado Herneus de Nadal, se V.Exa. me permite, quero também fazer referência à presença do Prefeito eleito de Guabiruba, Ourides Kormann, do PMDB, que veio visitar a Assembléia Legislativa. E já na sequência estarei com ele numa audiência junto ao nosso vice-Governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira.

Então, o Prefeito de Guabiruba, Ourides Kormann, estará visitando o nosso vice-Governador e também Presidente de nosso Partido, o PMDB.

Meus parabéns, Deputado Herneus de Nadal pela sua viagem e pelo seu trabalho. Realmente V.Exa. orgulha muito a todos nós, peemebistas, e, com certeza, também os catarinenses.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a V.Exa. pelas suas manifestações. Com certeza os exageros são por conta da relação de amizade que encontra aqui reciprocidade de apreço, de estima e de admiração para com V.Exa. e para com todos os integrantes deste Parlamento.

Mas, Deputado Rogério Mendonça, para concluir, quero dizer que junto a essa missão também estavam os Presidentes de Cooperativas Agropecuárias do nosso Estado, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, todos objetivando a integração e a busca de melhores resultados para os seus produtores.

Agradeço pela oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados público que nos prestigia e telespectadores da TVAL.

(Passa a ler)

"Um Ano do Programa Antonieta de Barros

No dia 20 de novembro, a Assembléia Legislativa celebrará um ano de atuação do Programa Antonieta de Barros. Essa política de ação afirmativa trouxe à convivência desta Casa 40 jovens que desempenham atividades de aprendizagem nas áreas administrativa e política.

Mas o que faz a diferença desse programa? Esse programa nasceu da relação desta Casa com a sociedade civil organizada. Acolhemos e entendemos as preocupações dos movimentos sociais sobre o futuro de jovens que vivem situação cotidiana de exclusão por sua condição étnica, por sua condição física e de gênero e pela localidade de sua moradia.

Acolhemos aqui 40 jovens, muitos deles negros, moradores dos morros e das periferias, que há pouco tempo eram rústicos assentamentos. Muitas jovens são moças a enfrentar as dificuldades de ter se tornado mãe em idade ainda tão insuficiente para acumular experiências.

Acolhemos portadores de deficientes, que na juventude encontram as maiores barreiras, porque além dos conflitos com suas deficiências, conflitavam-se também com sua auto-estima e autoconceito.

Todos estudantes estão há um ano conosco em atividade de formação profissional e social. Ao trazê-los para esta Casa, apostávamos em um projeto de inclusão que servisse de modelo para a sociedade catarinense. E assim, felizmente, tem sido, tanto que já temos notícias de que o Programa Antonieta de Barros está sendo implementado em outras Casas Legislativas, como é o caso da Câmara Municipal de Florianópolis.

Nesta semana, os jovens estão formulando sua auto-avaliação e a avaliação do programa. Ao serem perguntados sobre a importância do programa em suas vidas relataram:

'Houve mudanças e eu me tornei independente e contribuo financeiramente em casa';

'Eu passei a contribuir com parte do meu salário para minha família, fiz novas amizades e estou crescendo como pessoas e como cidadão';

'Na comunidade, as pessoas me olham de uma forma diferente (positiva) como eu jamais pensei ser vista';

'Superei o trauma de chegar num lugar e ser discriminada pelas pessoas, por eu ser portadora deficiência física; aqui, eu fui recebida muito bem';

'Eu pensava que nunca iria conseguir mostrar para minha família que minha doença não iria dificultar minha vida profissional'.

Esses são alguns depoimentos sobre como esses jovens avaliam seus progressos e a superação de seus desafios. A função social do PAB é expressa com frequência por pessoas das comunidades, pelas famílias dos jovens e por pessoas das entidades sociais. Vislumbramos, também, entre funcionários e servidores desta Casa depoimentos de satisfação com a presença desses jovens.

Certamente, o Programa Antonieta de Barros busca superar o retrato frio, contudo real, dos indicadores sociais, que apontam crescente envolvimento dos jovens com a violência, que apontam ainda a baixa permanência dos jovens carentes nos sistemas educacionais, bem como, a baixa inserção dessa população no mercado de trabalho.

Por outro lado, tendo as lideranças e as atividades legislativas como modelo, esses jovens, neste momento, participam da elaboração e/ou a implementação de projetos de atuação comunitária. Nesses projetos, os jovens estimulam que suas comunidades busquem a solução de problemas sociais. Para fortalecer sua atuação, passarão por formação complementar nos próximos dias, frequentando curso de formação de liderança juvenil elaborado pela coordenação do programa e executado pela Escola do Legislativo."

Sr. Presidente, esse é um relato do desenvolvimento de jovens que fazem parte do Programa Antonieta de Barros, de jovens que têm demonstrado um crescimento bastante grande e acentuado com relação ao seu desenvolvimento, de jovens que têm sido motivo de orgulho por esta Casa ter implantado esse programa, porque eles estão retribuindo da melhor forma possível.

Por isso, meus parabéns por um ano do Programa Antonieta de Barros.

Outra questão que quero abordar, Sr. Presidente, é com relação à posição da Bancada do PT para a Oposição.

Gostaria de deixar claro que um dos motivos que nos levou à Oposição é o fato de o Governo ter se tornado um Governo entreguista, que propõe a venda do patrimônio de prédios públicos; e agora quer vender a SC Gás.

Quero lembrar ainda a situação do Hospital Regional e da Maternidade Darcy Vargas, em Joinville. Quando Prefeito daquele Município ele transferiu esses dois hospitais para o Estado. Agora, como Governador, quer transferir novamente para Joinville, em uma demonstração clara de



que ele defende o Estado mínimo, portanto, contra os princípios do PT.

Ele discursa também de democrático, mas é ditatorial, está ameaçando os servidores da Segurança com a aplicação do Estatuto. Esta é outra questão: o discurso é um, é o discurso do governo democrático, mas está ameaçando os servidores da Segurança com a aplicação do Estatuto, caso eles façam greve, caso eles se mobilizem para recuperar a Lei nº 254/2003, que é a escala vertical aprovada por este Poder.

Infelizmente, o Governo discursa uma coisa e faz outra, pratica outra, transfere a responsabilidade do reajuste para a Assembléia Legislativa, fugindo de sua própria responsabilidade. Isto já foi falado por um Colega que me antecedeu. E novamente o Governo está querendo responsabilizar esta Casa com a votação da conta jurídica única, por não pagar o reajuste dos servidores da Segurança. Na verdade, ele está fugindo de sua própria responsabilidade, e ele tinha justamente que estar cumprindo a lei, pagando aquilo que ele mesmo assinou, que ele mesmo sancionou por ocasião da aprovação e publicação da lei.

Desrespeito aos servidores também é um outro motivo que levou a Bancada do PT a direcionar seu rumo em prol da defesa da Oposição. Ele não negocia, o Governo não tem o hábito de negociar com ninguém, tratando os servidores com total desprezo, os da Segurança, os da Saúde, os da Educação. O Governo não tem dado atenção às propostas que eles têm feito, não tem negociado, tem-se mostrado intransigente, e isso é contra os princípios do Partido.

O PT decidiu não votar os projetos do Governo, até que este negocie com o servidor público. Esta é uma demonstração de que o PT está propondo a defesa integral dos servidores públicos e que o Governador tem que sentar e negociar, efetivamente, os reajustes, as perdas salariais que o servidor necessita recuperar para ter um salário justo e digno e poder tocar sua vida normalmente, para conseguir sustentar com satisfação a sua família.

Tudo isso que falei demonstra claramente que temos motivos de sobra para sermos oposição ao Governo sem revanchismo eleitoral. Também quero salientar que o Governo do Estado voltou de viagem defendendo o rompimento com o Governo Lula. Neste caso é mais um motivo para que se rompa com ele também.

O Governo não cumpre convênios, não paga fornecedores, demonstrando que o Estado está quebrado, ou que ele quebrou. Quem sabe? Na verdade, se ele não paga, não está cumprindo seus compromissos de convênio, não está cumprindo o pagamento dos fornecedores, é porque o Estado está em dificuldades financeiras. Se tem dificuldades financeiras, quem governa é ele, e a responsabilidade é inteiramente dele.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Governo do Estado governa com o PSDB. Secretarias mais importantes como Saúde, Educação, Administração, para não falar em várias Regionais, estão na mão do PSDB. O PSDB

tem mais de 50% do Orçamento do Estado sendo administrado por seus correligionários. E quem está com o PSDB é adversário do desenvolvimento econômico e social do País. E quem é adversário do País é adversário do PT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na linha da manifestação do Deputado Afrânio Boppré, do Deputado Antônio Ceron e do Deputado Wilson Vieira, agora por último, quero também iniciar esta manifestação em nome da nossa Bancada, acerca do encaminhamento que decidimos por optar, por decidir, por encampar, a partir de ontem, com relação à obstrução que faremos daqui por diante a todas as matérias de origem governamental.

Foi bom nós termos feito esse encaminhamento no dia de ontem, porque circula pelos corredores, já, a informação de que matéria importante do Executivo está aportando na Casa, pronta para ser pautada para o dia de hoje, ou no máximo para o dia de amanhã. E é bom que esse encaminhamento tenha sido feito antes de termos conhecimento, Deputado Antônio Ceron, Deputado Pedro Baldissera, até para daqui a pouco não sermos acusados, como fomos num outro momento, de tentar inviabilizar até as missões oficiais do Governo.

Portanto, já comunicamos ontem. É assim que vamos nos posicionar, com o entendimento, inclusive, de que a proposta apresentada pelo PT, da inclusão dos projetos de lei que contemplem uma política salarial para o Magistério e para a Saúde, no mínimo deve ser remetida a esta Casa, para que nós possamos voltar a constituir quórum neste Plenário.

Entendo que a obstrução também deve ocorrer no âmbito das Comissões, que a partir da semana que vem esta obstrução também se dê nas Comissões.

O Governo vai ter que nos ouvir. Não é possível! Estamos sendo humilhados, tratorados, desconsiderados, esse tempo todo. E não é possível que o Governo não tenha um surto de humildade, de democracia, de espírito público. Não é possível que isso continue acontecendo.

Quero, aqui, Deputado Herneus de Nadal, destacar a atuação de V.Exa. Eu o respeito muito como Líder do Governo. V.Exa. tem-se empenhado nessa direção. Mas sua voz não ecoa no Centro Administrativo de Santa Catarina.

Os encaminhamentos que V.Exa. demonstra vontade de empreender neste Parlamento não têm o respaldo do Chefe do Poder Executivo Estadual.

O Governo, parece-me, não ouve nem os seus, aqui, nesta Casa, Deputado Antônio Ceron. E continua tratando as Oposições de forma humilhante. Não houve uma matéria sequer, Presidente Onofre Santo Agostini, de interesse do Governo, que tenha sido votada nesta Casa sem que as Oposições não fossem vitais para

garantir o quórum e a sua aprovação - em todas, sem exceção. E no dia seguinte o que se vê no jornal é a manchete "Governo massacra as Oposições", "Mais uma vitória do Governo", "Mais uma derrota das Oposições".

O nosso lombo está muito vermelho, Deputado Antônio Ceron, é bem verdade. E a nossa decisão de ontem é um recado. Nós não vamos mais beijar o chicote. Demos a nossa demonstração de espírito público até aqui. Demos o tempo que o Governo precisava. Dois anos, Deputado Reno Caramori, é tempo demais.

Daqui para frente nós precisamos endurecer o jogo. Falar de mano a mano, para que o Governo possa descer do pedestal e passar a respeitar as Oposições. E agora, diante do nosso encaminhamento, o Governo manda publicar a notícia de que o impasse será resolvido com a aprovação da Conta Única.

A Conta Única, Sr. Presidente, está pautada para ser deliberada neste Plenário desde quando? Há mais de 30 dias. Aliás, quase 60 dias. Eu acho que foi bem antes da eleição. E por que o Governo não quer votar? Por que não conseguiu aprovar nas Comissões o saque total da Conta Única vetado pela legislação federal? Ou porque não consegue colocar os seus para garantir o quórum para aprovar?

Há um ano, quando foi aprovada a lei do pessoal da Segurança, não foi dito que tinha que assaltar a Conta Única para pagar. Não foi dito! Agora, querem jogar o Policial Militar contra as Oposições.

Não subestimem a inteligência do servidor público e do povo, Governo e Deputados do Governo. Vamos respeitar a inteligência do povo. O pessoal da Aprasc não caiu nesta história, não. Até porque eles sabem que o assalto à Conta Única vai dar dinheiro para um mês. E no mês seguinte vai assaltar o quê?

Já querem vender os prédios, querem assaltar a Conta Única, daqui a pouco é capaz de aportar um projeto de lei aqui, nesta Casa, do Governo querendo vender a ponte Hercílio Luz, querendo vender a região do Vale do Araranguá para o Rio Grande do Sul, querendo vender o Extremo-Oeste de Santa Catarina para a Argentina. É só isso que está faltando! O próximo assalto será na conta de quem? No bolso de quem?

Este tipo de manchete não nos intimida. Este tipo de chantagem tem a nossa repulsa, e daqui para frente o Governo terá que nos respeitar, como uma Oposição que a exerce com coerência, com responsabilidade, e quero me congratular com a Bancada do PT, pela decisão da noite de ontem. Vocês deram muita demonstração de comprometimento com tudo aquilo que o Governo discursou até aqui. Mas certamente, se decidiram o que decidiram ontem, é porque já perceberam que este barco está à deriva. Como eu tenho dito sempre, o que falta, na verdade, é um Governador para Santa Catarina.

Mas para concluir o nosso tempo, Sr. Presidente, quero me reportar às questões do art. 170. Até porque os estudantes estão reunidos neste momento em passeata. Devem ter passado já pela Secretaria de Estado da Educação e

Inovação e vão chegar a esta Casa daqui a pouco, para a promoção do ato público, através do qual vão apresentar a proposta que tenta resgatar um compromisso de campanha de Sua Excelência, o Governador, que é a ampliação dos recursos do art. 170.

E aí eu quero destacar, já, a presença dos estudantes, os meus colegas estudantes da Unisul, que aqui estão. Em nome deles cumprimento todos os estudantes que se deslocaram das mais diversas e mais longínquas regiões de Santa Catarina, para aqui comparecerem mais uma vez, para exigir do Governo o cumprimento do discurso de campanha. E mais que isso, Srs. Deputados de Situação, Deputados do Governo, Líder da Bancada do PMDB, quero chamar sua atenção: o Secretário admitiu aqui hoje que as parcelas estão em atraso, ainda. E que já há uma previsão de encerrar o ano com atraso.

As parcelas de novembro e dezembro, segundo afirmou o Secretário da Educação aqui, no dia de hoje, serão pagas, Deputado Onofre Santo Agostini, apenas nos meses de janeiro e fevereiro.

Portanto, o risco do atraso já passa a comprometer o ano letivo de 2005, também. Isso significa dizer, Deputado Valmir Comin, que a angústia de mais de 20.000 estudantes carentes de Santa Catarina vai perdurar ainda durante o ano de 2005.

Nós não podemos manter mais esta situação como está. Esses estudantes não podem continuar sendo penalizados, o processo de renovação de matrícula está já em andamento, em fase de conclusão em algumas universidades. Esses estudantes estão sendo penalizados com juros de mora. Esses estudantes estão angustiados por não saber, Deputado Pedro Baldissera, se vão conseguir renovar a matrícula para o semestre seguinte ou não.

Por isso, eu entendo que nós precisamos buscar a formalização desse compromisso do Secretário da Educação e, com base nele, buscar das universidades a garantia de renovação da matrícula para esses estudantes e a dispensa dos juros de mora, porque os estudantes são carentes, já são beneficiados por este programa e não têm como dispor de recursos para pagar os juros e poder renovar a sua matrícula.

Paralelo a isto temos que encontrar um mecanismo que garanta no Orçamento de 2005 a correção dos recursos que neste ano não foi feita.

No ano passado eram 25,2 milhões, neste ano são 25,4 milhões, Deputado João Henrique Blasi, enquanto que o Orçamento do Estado foi corrigido em 25%, portanto, já houve uma perda de 2003 para 2004 de 20% do montante.

E aí quero chamar a atenção especial dos membros da Comissão de Finanças, Deputado César Cim, que é o Relator do Orçamento, para que nós possamos não só garantir o reajuste do Orçamento para o exercício de 2005 como também, Deputado Herneus de Nadal, possamos resgatar esses 20% perdidos já no Orçamento de 2004, para poder manter o mesmo número de acadêmicos sendo contemplados com esse projeto, que no meu entendimento é do maior alcance social vigente em Santa Catarina.

Quero, por fim, renovar aqui com todos os estudantes o compromisso da Bancada do Partido Progressista de continuar essa luta. E temos condição moral para tal, porque foi o nosso Governo que retomou o pagamento daquilo que prevê o art. 170 da Constituição. De forma escalonada é verdade, porque há dez não se cumpria esse compromisso, mas fizemos a nossa parte e estamos aqui comprometidos para que possamos, gradativamente, fazer cumprir o que estabelece todo o art. 170.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) -

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, que terão o seu encaminhamento conforme o que determina o Regimento Interno: Projetos de Lei nºs 0025/2004, 0139/2004.

A Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício nº 0063/2004.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0297/2004, de autoria do Deputado Djalma Berger, que declara de utilidade pública a Associação Biguaçuense da Radiodifusão Comunitária, de Biguaçu.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0077/2004, de autoria da Deputada Simone Schramm, que reconhece o Município de Joinville como Capital Catarinense do Voluntariado.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que será encaminhada aos destinatários a Indicação nº 0213/2004, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Genésio Ayres Marchetti e familiares, de Ibirama, manifestando pesar pelo falecimento do Sr. Danilo e da Sra. Mirna.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando a anulação da eleição 2004, no Município de Içara.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, peço que seja retirado da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Isso, Deputado, porque ele é intempestivo. Não cabe a este Poder requerer nulidade de eleição. Mas sim os Partidos Políticos e a devida autoridade e não este Poder.

Por ser intempestivo esta Presidência o retira, já que o ilustre Autor do requerimento fez esta solicitação.

Requerimento de autoria do Deputado Antônio Ceron, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e aos Secretários da Fazenda e da Agricultura, solicitando adequação na Lei nº 11.398 (Simples) para a comercialização de carnes de gado e de ovinos, bem como sejam criados mecanismos legais para equacionar as pendências originadas pelas notificações já emitidas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Dionei Walter da Silva, a ser enviada ao Secretário da Educação e ao Reitor da Udesc, solicitando a manutenção do curso de Zootecnia no campus de Chapecó.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Peço para subscrever esta moção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, apelando por urgentes medidas no sentido de ser incrementado o montante de recursos do Proger, a ser destinado ao Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada aos membros da Comissão do Processo Seletivo dos Estagiários Tutores do Programa Interlegis, congratulando-se com os servidores pelo desempenho no processo de seleção, possibilitando o treinamento de coordenadores locais.

A Presidência defere de plano.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0010/2004, de autoria da Comissão de Justiça, que concede licença para o vice-Governador do Estado ausentar-se do País no período compreendido entre os dias 23 de novembro a 05 de dezembro do corrente ano, com destino à França para, a convite da Embaixada da França, tomar parte na Missão de Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento à França.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Conforme comunicado ontem, a nossa decisão é pela obstrução de votação de qualquer matéria de origem governamental. Pelo menos, por enquanto, não concordamos com esse encaminhamento.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, da mesma forma, a Bancada do PT se reuniu e tomou a decisão no sentido de discutir o tema. E eu queria aqui somente alertar que, no nosso entender, é tão importante discutir o projeto de lei da Segurança Pública quanto incluir uma reivindicação da Bancada do PT.

Que cheguem na Assembléia Legislativa os estudos, enquanto projeto de lei do Governo do Estado, com relação ao plano de cargos e salários da Saúde e da Educação.

Então, gostaríamos apenas de esclarecer que estamos, desde ontem, com a decisão da nossa Bancada no sentido também da obstrução de votação de qualquer matéria de origem governamental.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, já argumentamos, no dia de ontem, que não sabíamos qual seria a primeira matéria de origem do Executivo que aportaria nesta Casa.

Então, optamos pela obstrução desta matéria e das demais de origem do Executivo. Por isso que aproveitamos também este momento para solicitar a V.Exa. verificação de quórum para a votação desta e, evidentemente, de outras matérias de origem governamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - V.Exa. tem toda razão. Eu solicito aos Srs. Deputados que façam o registro da sua presença para verificação de quórum.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, enquanto as coisas se ajeitam, eu quero registrar, com satisfação, a presença do meu conterrâneo e amigo Vereador Cesário, do meu Partido, e Secretário Adjunto da Secretaria Regional de Laços.

Então, registro, com muita satisfação, a presença do Vereador Cesário, que nos honra esta tarde com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - É com muito prazer, também, que esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do nosso amigo defensor do Corpo de Bombeiros, Presidente do Corpo de Bombeiros da Fecabom.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, a Bancada do PT, da mesma forma, tem feito a opção pela obstrução de qualquer matéria que possa vir por parte do Executivo.

Neste sentido, quero dizer que vários Parlamentares do Partido dos Trabalhadores estão presentes e vamos fazer a opção pela obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, é absolutamente clara a falta de quórum. Então, por consequência, a matéria deixa de ser votada.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, solicito que não seja registrada a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Fica registrado a solicitação do Deputado Wilson Vieira para que seja retirado o registro da sua presença.

Portanto, Srs. Deputados, apenas dez Parlamentares registraram presença e, por consequência, esta matéria é retirada por falta de quórum.

Conforme acordo de Lideranças, após a Ordem do Dia, ficou acertado que nós concederíamos a palavra ao Presidente da UCE, Sr. Junior Lauri Schwingel, que nos entrega o seguinte ofício:

(Passa a ler)

"Excelentíssimo Sr.

Volnei Morastoni

Presidente da Assembléia

Legislativa de Santa Catarina

Prezado Senhor

A União Catarinense de Estudantes, entidade de representação dos 168.000 estudantes universitários catarinenses, vem, por meio desta, informar que no dia 17 de novembro do corrente ano estará protocolando oficialmente para esta Casa, juntamente com as assinaturas necessárias, um projeto de iniciativa popular que regulamenta o art. 170 da Constituição Estadual, visando a ampliação das bolsas de estudo e pesquisa para o ensino superior. Para tanto, solicitamos um espaço na tribuna da Assembléia Legislativa, na sessão daquele dia, a fim de relatarmos o teor do projeto e apresentá-lo aos Deputados presentes.

Certos de que contamos com a sua colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente

Junior Lauri Schwingel

Presidente da UCE"

Esta Presidência defere o requerimento proposto pelo Presidente da UCE e lhe concede a palavra, conforme acordo de Liderança, por até dez minutos.

Faço um apelo aos ilustres estudantes, que nos honram com a sua presença, para que permitam que esta Presidência possa dar o andamento, já que neste momento suspenso a sessão ordinária porque não posso conceder a palavra fora do que determina o Regimento Interno.

Em contrapartida, por solicitação dos Líderes Antônio Ceron, do PFL; Pedro Baldissera, do PT; Joares Ponticelli, do PP; Manoel Mota, do PMDB; Jorginho Mello, do PSDB; Odete de Jesus, do PL; Cézár Cim, do PDT; Narcizo Parisotto, do PTB, concedo a palavra ao Presidente UCE.

Solicitamos ao Presidente da Comissão de Educação que encaminhe de imediato o documento, após ser entregue a esta Presidência, à Comissão, a fim de que as providências sejam tomadas.

Neste momento usará a palavra o Sr. Junior Lauri Schwingel, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campanha) - Srs. jovens estudantes, esta Presidência recebe os dois documentos abaixo-assinados e dá o seguinte despacho: encaminhe-se urgente às Comissões para análise do mérito!

Portanto, a partir deste momento, esta Presidência determina que o documento seja encaminhado às Comissões começando, evidentemente, pela Comissão de Constituição e Justiça, para verificação da constitucionalidade e, em seguida, pela Comissão presidida pelo ilustre Deputado Paulo Eccel.

Esta Casa gostaria de registrar, com muita alegria, que os estudantes catarinenses que aqui vieram para trazer a justa reivindicação da classe estudantil de Santa Catarina estão-se comportando de uma forma respeitosa, educada e inteligente, sem ofender ninguém. Por isso, como catarinense, tenho certeza absoluta de que os 40 Deputados se sentem, neste momento, com mais responsabilidade de ajudar a resolver esse impasse que Santa Catarina vem sofrendo ultimamente.

Nós, Deputados, sentimo-nos orgulhosos dos estudantes catarinenses. Foi um prazer muito grande poder recebê-los nesta Casa trazendo as reivindicações da categoria aqui representada pelos oradores.

Eu me sinto muito feliz, Deputado Pedro Baldissera, porque é raro nós vermos jovens da categoria, da postura apresentada por esses que aqui estão. Por isso, estou imensamente feliz de ter tido a oportunidade de presidir este encontro memorável e histórico. Quem sabe esta data será significativa para Santa Catarina pela forma educada e respeitosa com que os estudantes catarinenses se comportaram neste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, quero convocar os Srs. Deputados para a sessão solene em homenagem aos 15 anos da rede SBT, por solicitação do ilustre Deputado Nilson Gonçalves, que será realizada hoje, às 19h, nesta Casa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o convite a cada um dos colegas Deputados e também as demais pessoas que se encontram presentes nesta Assembléia, os estudantes, os funcionários, no sentido de prestigiassem esta sessão solene que faremos hoje, às 19h, em comemoração aos 15 anos do SBT que, ao longo desses anos, vem aperfeiçoando o seu trabalho, a sua forma de comunicar e, sem dúvida alguma, hoje se confunde com o povo catarinense. É a segunda maior empresa em Santa Catarina em comunicação e, com certeza absoluta, será a primeira brevemente porque está identificada com os anseios do povo catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu gostaria, ainda, Srs. Deputados, de alertá-los que amanhã, na sessão ordinária das 9h, não haverá o Pequeno Expediente porque estará presente o Presidente da Celesc que virá apresentar uma proposta, a fim de debatê-la com os Srs. Deputados.

Os demais horários da sessão ordinária serão mantidos e a inscrição dos Srs. Deputados que desejam se manifestar no horário destinado à Explicação Pessoal

será a de hoje porque nesta sessão que foi encerrada não poderá mais haver Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, a Explicação Pessoal não vai mais acontecer porque V.Exa. encerrou a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Exato, mas fica valendo para amanhã, nesta ordem que está aqui!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mas eu quero fazer um encaminhamento então, Sr. Presidente, em respeito a todos os estudantes que estão aqui, no sentido de que cada Parlamentar que quiser se comprometer possa rapidamente fazer um encaminhamento. Desde já peço permissão a V.Exa. para poder manifestar-me rapidamente sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Vou ouvir as Lideranças. Isso não é normal, mas se houver um acordo de Lideranças, eu não tenho nada contra.

(Palmas das galerias)

(As Lideranças aquietem.)

Havendo manifestação favorável das Lideranças, como ninguém se opôs, eu concedo a palavra, por dois minutos, a cada Bancada, a cada Líder, para que faça sua manifestação, a fim de que os estudantes possam...

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Um pouquinho mais, Sr. Presidente, pois dois minutos por Bancada ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Concedo a palavra, então, atendendo o clamor popular, por cinco minutos, a cada Bancada.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, faz oito meses que os estudantes aqui estiveram e saíram frustrados desta Casa. Foi no dia que a Assembléia deliberou acerca do veto da lei complementar que ampliava os recursos do art. 170. Infelizmente, só conseguimos 18 votos naquela oportunidade e para derrubar o veto seriam necessários 21 votos, no mínimo. O instrumento da votação secreta, naquele momento, prejudicou os acadêmicos de Santa Catarina e não conseguimos ampliar os recursos do art. 170, conforme tinha se comprometido o então candidato, durante a campanha.

Isto ocorreu no dia 17 de março de 2004. Hoje, 17 de novembro, estamos a 30 dias do recesso parlamentar e aí voltaremos às atividades apenas no mês de fevereiro de 2005. Assim, quero propor aqui um mutirão! Essa matéria, que V.Exa. considerou lida, já está remetendo à Comissão de Constituição e Justiça. Desta forma, seria conveniente que o Presidente da Comissão de Justiça já pudesse, na terça-feira próxima, designar o Relator, discutir a constitucionalidade e votar, através de um acordo, para que ninguém pedisse vista.

(Palmas das galerias)

Assim, a Comissão de Finanças e a de Educação, Deputado Paulo Eccel, que são as Comissões de Mérito nessa matéria, já poderão deliberar antes que nós votemos o Orçamento do Estado para o exercício de 2005.

(Palmas das galerias)

Porque de nada adianta votarmos a lei, se não tivermos a ampliação prevista no Orçamento de 2005. E se isso não acontecer agora, esses estudantes só poderão contar com a perspectiva da ampliação dos recursos no ano de 2006! Portanto, no último ano deste Governo!

Eu não acredito que essa seja a vontade do Governador, ou seja, jogar a ampliação dos recursos apenas para o último ano, porque aí não me vai parecer um negócio muito honesto, Deputado Antônio Ceron!

Então, acho que o esforço das Oposições e do Governo tem que ser no sentido de votar já, de votar neste ano, antes que seja votado o Orçamento, para que nós possamos, já em 2005, garantir, dentro daquela proposta, gradativamente, que o Orçamento do Estado possa suportar o aumento dos recursos do art. 170!

Nós não estamos aqui para fazer discurso fácil e barato, não, como já foi feito outrora! Estamos aqui para propor que, gradativamente, sejam ampliados esses recursos. Mas para isso, para não enganarmos esta representação de quase 170 mil estudantes, é preciso que este compromisso seja tornado público, a fim de que votemos antes do Orçamento e garantamos, para o próximo exercício, a aplicação dos recursos.

Quero dividir o tempo com os meus demais Colegas de Bancada.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, o nosso tempo se esgotou, mas eu quero ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Quero chamar a atenção da assessoria de que são cinco minutos por Partido. Portanto, eu vou dar dois minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, eu entendi quando V.Exa. anunciou o encerramento da sessão, que seria para darmos oportunidade aos estudantes de se manifestarem. Eu entendi, também, que após aquele tempo, seriam reabertos os trabalhos normais da sessão desta Casa. Eu entendi que a proposição de V.Exa. era para que os trabalhos continuassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Reno Caramori, o tempo de V.Exa. está-se esgotando. A decisão é essa. Encerrada a sessão ordinária, eu não posso fazer uma sessão ordinária, a não ser extraordinária.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu só quero dizer que foi aberto um precedente perigoso. Mas eu quero, aproveitando este tempo, solicitar ao nosso Presidente da Comissão de Educação que nós possamos mudar o local da audiência pública com a Udesc para o Município de Chapecó.

(Manifestações das galerias)

Sr. Presidente, quero fazê-lo em tempo hábil, de forma a expedir, então, os requerimentos que solicitam a convocação do Reitor da Udesc, do Diretor do CAV e do Diretor do Núcleo do Oeste da Udesc, Professor Antônio, para realizarmos uma audiência pública com referência ao curso de Zootecnia na cidade de Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, obedecendo aos critérios das inscrições das quintas-feiras, concedo cinco minutos ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudantes aqui presentes, na lei da reforma administrativa um dispositivo garantiu a criação de três cursos superiores para o Oeste de Santa Catarina: o de Palmitos, Pinhalzinho e Chapecó. E nós vamos estar juntos com a nossa comunidade e com os estudantes do Oeste de Santa Catarina para brigar para que as universidades lá permaneçam. Não há retorno, não há volta! Nós precisamos da Udesc descentralizada atendendo Chapecó com Zootecnia, Palmitos com Enfermagem e outros Municípios com os cursos já existentes!

(Manifestações das galerias)

E vamos, Sr. Presidente, trabalhar junto à Reitoria da Udesc para aumentar a disponibilidade de cursos para o Oeste do nosso Estado.

Quero aproveitar esta oportunidade para registrar a entrega deste projeto de iniciativa popular. É o exercício efetivo da cidadania contemplado pelo nosso Constituinte quando elaborou a Carta Federal e também a Constituição do Estado de Santa Catarina.

Temos agora três projetos tramitando aqui na Assembléia Legislativa: um de origem do dedicado Deputado Paulo Eccel, que já desde o ano passado briga com coragem, com inteligência para que se possa alterar dispositivos do art. 170 e da lei que regulamenta esse assunto; o projeto que deu entrada hoje, fruto do trabalho e da iniciativa dos estudantes do nosso Estado, e o projeto de gênese governamental.

Cabe aos Deputados agora, junto com este canal de integração aberto com o Professor Diomário Queirós, junto com estudantes, junto com essas iniciativas de todos vocês, fazerem a mediação. E nós estamos aqui para contribuir, para ajudar, para auxiliar para que possamos avançar, para que possamos evoluir, para que possamos encontrar saídas e soluções que contemplem a necessidade dos nossos estudantes, mas que também permita ao Governo do Estado, ao Poder Executivo o cumprimento das obrigações que forem aprovadas por este Parlamento.

Por isso nos colocamos à disposição para participarmos das reuniões a serem realizadas já a partir da próxima semana, junto com os Srs. Deputados e com os estudantes, para que encontremos a melhor saída, a melhor solução e o melhor caminho para os estudantes e à população do Estado de Santa Catarina.

Obrigado, Sr. Presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Concedo cinco minutos ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, durante o ano de 2004 nós tivemos poucos momentos de grandes manifestações aqui na Assembléia Legislativa, com a presença maciça de categorias ou de setores organizados da sociedade, e desses poucos momentos um deles foi no início do ano, quando foi mantido o veto governamental, no dia 17 de março de 2004. O outro grande momento de mobilização catarinense se dá no dia de hoje, 17 de novembro de 2004. E vocês, universitários de todas as regiões do Estado, são protagonistas desses dois importantes momentos de mobilização social aqui no Parlamento de Santa Catarina.

Durante toda a tarde fizemos gestões, Deputado Reno Caramori, com o Reitor da Udesc e também com os coordenadores dos Centros da Udesc de Lages e de Chapecó. E quero neste momento anunciar que, atendendo ao requerimento de V.Exa., a audiência pública marcada para o dia 24 próximo aqui na Assembléia foi transferida para o mesmo dia 24, às 9h, em Chapecó.

(Palmas das galerias)

A segunda informação que trago, Sr. Presidente e universitários aqui presentes, é a de que durante toda a manhã, por mais de três horas, a Comissão de Educação discutiu sobre esse assunto do art. 170, e dois aspectos foram extremamente cobrados, tanto do Governo quanto da própria Acafe. Ao Governo foi feita a cobrança das parcelas atrasadas referente ao art. 170, e à Acafe que não haja obrigatoriedade do pagamento de juros e de multas por parte dos alunos beneficiados com o art. 170 quando o Governo atrasa o pagamento dessas parcelas, porque hoje temos a informação e a confirmação de que várias universidades catarinenses, na hora em que o universitário vai pagar a sua mensalidade, sendo beneficiário do art. 170, é ele quem paga os juros, a multa e a correção para a universidade. Isso não podemos admitir!

Não podemos admitir também que na rematrícula, pois muitas universidades estão fazendo neste momento ou farão em janeiro, universitários beneficiários com o art. 170 sejam impedidos de fazer a sua rematrícula por atraso do pagamento pelo Governo.

Houve o compromisso, na manhã de hoje, pela Presidência da Acafe que na próxima assembléia da instituição, que será realizada no mês de setembro, levará esse pedido da Assembléia Legislativa, dos universitários catarinenses e também do próprio Governo para que não haja impedimento para a rematrícula e que não haja cobrança de juros e multas de nenhum universitário catarinense que não esteja em dia com a sua mensalidade, não por culpa dele, mas por culpa de atrasos governamentais. A Acafe se comprometeu a discutir.

Finalizando os encaminhamentos da manhã de hoje, na próxima terça-feira, às 9h30min estaremos reunidos, o Presidente da UCE e a representação estudantil, o Secretário de Estado da Educação, o professor Diomário Queirós e este Deputado, Autor do projeto, para discutirmos uma ação conjunta para os três projetos que tramitam neste momento aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Só quero parabenizar os estudantes da Univille por estarem participando desta grande mobilização. Quero prestigiar e declarar a primeira vitória do pessoal da região Oeste que conquista a sua reunião lá na região para poder reivindicar a extensão da Udesc para aquela região.

Quero parabenizar os estudantes pela mobilização e dizer que somente com grandes mobilizações conquistarão aquilo que desejam. A luta faz a lei. Sem luta não teremos lei alguma. Por isso a vitória é certa, desde que aumentem a mobilização e consigam a participação maciça dos estudantes.

Obrigado a todos!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Jorginho Mello, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudantes de toda Santa Catarina que aqui se encontram, quero dizer, como Relator do projeto do art. 170 que está comigo, que precisamos ver esse projeto que adentrou na Casa e com mais esse que se tem produzir efetivamente um projeto que seja do nosso agrado, do agrado da Assembléia e do agrado dos estudantes e que o Governo tenha condições de pagar religiosamente em dia, porque não adianta fazer média, fazer projeto para depois o Governo não cumprir o pagamento das parcelas. Essa é a nossa grande responsabilidade.

Quero dizer também aos estudantes do Oeste de Santa Catarina, de Chapecó, que o curso de Zootecnia, o curso de Enfermagem, o curso de Engenharia de Alimentos não se pode nem falar em transferi-los! Penso que ninguém está brincando!

Acredito que a Udesc, quando instalou esse curso, e eu estive lá com diversos Srs. Deputados, não estava brincando! Ninguém estava brincando ao instalar o curso em Chapecó e agora quer transferi-lo para Lages. Com todo o respeito que Lages mereça, a Udesc já está lá e o vestibular foi feito para Chapecó!

Nós Deputados, não por ser do Oeste de Santa Catarina, não podemos deixar passar nem por perto da Assembléia a possibilidade de a Udesc transferir o curso de Zootecnia para Lages. Não estou falando para fazer média com ninguém; os estudantes não precisavam nem estar aqui para dizer que o curso tem que continuar lá porque eles não prestaram vestibular para brincar!

Portanto, quero dizer a todos os estudantes que aqui estão, com muita responsabilidade, em nome da Bancada do PSDB, Deputado Paulo Eccel, que vamos fazer um esforço para produzir um projeto realmente viável para que o Governo tenha condições de pagar, e religiosamente em dia.

Não tenho dúvida alguma que os cursos irão ficar em Pinhalzinho, Chapecó e Palmitos.

Essa era a nossa manifestação.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O PSDB tem ainda três minutos, que pertencem ao Deputado Antônio Ceron, mas como o Deputado Francisco Küster solicitou sua inscrição para fazer um convite, com a palavra o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Valho-me, Sr. Presidente, da liberalidade de V.Exa. e também do meu Líder, que me concedeu dois minutos, para fazer um honroso convite aos estudantes.

Eu, não raras vezes, é uma figura retórica de há muito cunhada, comparo o movimento estudantil a um vulcão: quando menos se espera ele entra em erupção. Foi assim a Novembro, há 25 anos, quando enfrentamos uma ditadura. Talvez muitos de vocês ou quase todos não eram nem nascidos. Foi aqui em Florianópolis que ousamos, os estudantes, capitaneados pelo Diretório Central dos Estudantes, enfrentar a ditadura à época.

Dia 30 agora, às 19h, aqui na Assembléia Legislativa haverá uma sessão solene para homenagear, decorridos 25 anos - o presidente do DCE da época já faleceu, e por isso será uma homenagem *in memoriam* - grandes baluartes do movimento estudantil daquela época.

Portanto, aproveitando a oportunidade, já que o apoio ao pleito de vocês é total e irrestrito e é imprescindível que assim seja, quero convidá-los a comparecer a essa sessão. Já falei com o Júnior, da valente UCE - União Catarinense de Estudantes, e quero convidar também o pessoal do Diretório Central dos Estudantes. Serão homenageadas algumas pessoas. Alguns estão exercendo suas profissões, na condição de profissional liberal, estudantes que naquele momento promoveram um grande acontecimento que mudou o curso de uma ditadura que se fazia forte, toda poderosa, e dali para frente o povo perdeu o

respeito e o medo.

Ficam, portanto, os estudantes convidados a participarem dessa sessão no dia 30 de novembro, às 19h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Antônio Ceron, pelo PFL.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estudantes que estão aqui na Casa, em nome da Bancada a nossa saudação e os cumprimentos pela iniciativa, pela mobilização e pela motivação de buscarem seus direitos e aquilo que cada um necessita para continuar o seu projeto de vida estudantil neste momento. É necessário demais.

No ano passado a Bancada votou o projeto que reestrutura o art. 170. Votei favorável à derrubada do veto de Sua Excelência o Governador do Estado, veto esse que contraria o interesse desses estudantes.

É necessário o novo projeto de lei que aprovaremos nesta Casa, e pode contar com o voto deste Deputado, restabeleça e reordene o que a Constituição determina, os 5% dos 25% que o Estado tem que investir em educação. Tem que haver também um dispositivo que assegure que esses recursos garantidos em lei cheguem exatamente no seu destino, pois já temos o exemplo aqui na Casa uma lei da Polícia Militar e da Polícia Civil, mas os recursos não chegaram! A lei existe também para o art. 170, mas os recursos estão atrasados!

Deputado Francisco Küster, o movimento estudantil é um vulcão em evolução e o Governo, muitas vezes, é um vulcão inativo! Por isso é necessário que asseguremos na lei que aquilo que for votado chegue ao destinatário!

Vou concluir dizendo aos estudantes que defendem a manutenção do curso de Zootecnia em Chapecó, que eu sou Deputado de Lages, e o que eu vou dizer está sendo transmitido ao vivo para Lages e já disse nas emissoras de rádios daquele Município, que a Udesc e o Centro Agroveterinário de Lages têm um projeto há um ano e meio para implantar o curso de Zootecnia em Lages. Nunca, jamais, alguma liderança política de Lages vai querer a transferência do curso de Chapecó para Lages! O curso de Chapecó tem que continuar lá!

(Palmas das galerias)

Esse é o posicionamento: queremos em Lages um outro curso. O curso de Chapecó tem que continuar em Chapecó! E

podem contar com este Deputado para defender a bandeira de que o curso tem que ficar na nossa querida cidade de Chapecó.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, como o Deputado Herneus de Nadal utilizou apenas três minutos do tempo pertencente ao PMDB, queria utilizar o restante do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado, vou ter consideração com V.Exa., muito embora seria intempestivo V.Exa. usá-lo, mas por um minuto e meio darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, quero primeiramente cumprimentar todos os estudantes universitários de Santa Catarina. Estão fazendo um papel democrático, lutando para ampliar as vagas em Santa Catarina. Eu ouvi muita defesa, e com razão, para a continuação do curso em Chapecó.

Nós também aprovamos a instalação da Udesc no Sul de Santa Catarina. Hoje temos preparada no Município de Turvo uma casa pertencente aos padres, com toda estrutura.

Por isso peço aos estudantes engajamento nessa luta, porque o Rio Grande do Sul tem três universidades federais, o Paraná tem cinco, e pedimos que sejam instaladas mais duas universidades federais em Santa Catarina.

Penso que a luta desses estudantes, assim como a minha é por esse objetivo. Turvo está à disposição.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência cumprimenta os estudantes catarinenses por esta grande demonstração de unidade, de respeito e organização.

Viva o Brasil, viva a democracia e viva os estudantes catarinenses!

Um abraço a todos!

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem ao SBT.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO N. 0010/04

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, nos termos do art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre a inclusão de intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, nas sessões em Plenário e na publicidade oficial da TV Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina obrigado a incluir nas Sessões em Plenário e nas transmissões oficiais geradas pela TV Assembléia, intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º O Poder Legislativo fica encarregado de tomar as providências necessárias para o cumprimento das normas estipuladas nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2004

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - 1º Secretário

Deputado Genésio Goulart - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO N. 0011/04

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente, nos termos do art. 65, inciso VI, letra "k", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Concede abono especial aos servidores da Assembléia Legislativa e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituído abono, a ser estendido aos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa, incluídos os servidores alcançados pela Resolução n. 469, de 10 de julho de 1981 e alterações posteriores, correspondente a 20 % (vinte por cento) da remuneração e proventos devidos no mês de novembro de 2004, acrescido de uma quota fixa de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 1º A remuneração a que se refere o *caput* deste artigo inclui o benefício instituído pela Resolução n. 1344, de 01 de outubro de 1993.

§ 2º O abono será pago em parcela única no mês de novembro de 2004, e não servirá de base de cálculo para nenhuma gratificação ou adicional, inclusive a que se refere o art. 27, inciso IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

§ 3º O valor do abono não poderá exceder 8,222 (oito vírgula duzentos e vinte e duas) vezes o Valor Referencial de Vencimento instituído pelo art. 9º da Resolução n. 115, de 22 de dezembro

de 1993, devidamente atualizado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2004

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - 1º Secretário

Deputado Genésio Goulart - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA DP

#### ATO DA MESA N. 024-DP, de 2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Afrânio Boppré para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 25 de novembro e 14 de dezembro do corrente ano, a fim de participar de evento internacional em Munique, na Alemanha, promovido pelas entidades Casa do Brasil e ESG-LMU.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de novembro de 2004

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - 1º Secretário

Deputado Genésio Goulart - 4º Secretário

Republicado por Incorreção

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SUS, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2004, ÀS 11H

Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às onze horas, na sala 27 da Assembléia Legislativa, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente reuniu-se em audiência pública para análise e divulgação do relatório trimestral do Sistema Único de Saúde. Fizeram parte da mesa o Deputado Onofre Santo Agostini, a Deputada Odete de Jesus, o Sr. Flávio Magajewski, representando a Secretaria de Estado da Saúde, o Sr. Aurino Alves de Souza, Procurador de Justiça, o Sr. Arion Godói, Gerente de Orçamento da Secretaria da Saúde, e o Sr. Jaime Mantelli, Coordenador das Comissões. O Deputado Onofre Agostini iniciou os trabalhos e, depois de cumprimentar todos e justificar a ausência da maioria dos Deputados integrantes da Comissão de Saúde, em virtude das eleições municipais, delegou poderes ao Sr. Jaime Mantelli para coordenar os trabalhos e dar continuidade à reunião. O Sr. Coordenador, Jaime Mantelli, informou que a audiência pública atendia ao artigo 12 da Lei nº 8.689, de 1993, e ao artigo 9º do Decreto Federal nº 1.651, de 1995, esclarecendo que, segundo a legislação federal, o responsável pela gestão do SUS no Estado é obrigado a comparecer em audiência perante a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa para, juntamente com o Conselho de Saúde, analisar e divulgar os relatórios trimestrais sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria ou conveniada. Com a chegada da Deputada Odete de Jesus, o Sr. Jaime Mantelli passa a presidência dos trabalhos a ela, que, por sua vez, concede a palavra ao Sr. Flávio Magajewski, representante da Secretaria de Estado da Saúde, para fazer sua explanação sobre o relatório do SUS. O Sr. Flávio Magajewski explicou que a prestação de contas é um desdobramento do extinto Inamp, cuja estrutura de controle, avaliação e auditoria - que estavam na época descontinuados - tiveram as audiências públicas como proposta de garantia do bom uso do recurso público e como forma de prestação de contas do gestor público, relacionada aos recursos e atividades executadas durante o período trimestral em nível municipal, estadual e federal. Acrescentou o fundamento da prestação de contas está vinculado a essa incorporação do sistema de saúde do Brasil ao controle social como um elemento fundamental da estruturação de sua diretriz filosófica. Valendo-se da projeção de *slides*, o Sr. Flávio Magajewski apresentou o resumo da

programação orçamentária da Secretaria de Estado da Saúde distribuída pelos sete macroprogramas da área da saúde - Apoio Administrativo, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Autonomia Gerencial, Fortalecimento da Gestão do SUS, Regionalização de Assistência, Vigilância de Saúde e Adequação Física e Tecnológica da Rede - e suas três fontes de recursos: fonte de recursos próprios do Tesouro do Estado, na ordem de 505.649 milhões de reais, que correspondiam na época da elaboração do orçamento a 12% da receita líquida do Estado; fonte de convênio com o Ministério da Saúde, estimada em 63 milhões, e fonte de arrecadação de transferências federais para pagamento de prestadoras de serviços vinculados ao SUS, num total de 270 milhões, somando um orçamento para o ano de 2004 de R\$839.064.948,00. Prosseguindo, classificou os macroprogramas por ordem de maior consumo de recursos: o do Fortalecimento da Gestão do SUS, que embute todas as despesas de manutenção e custeio de toda a rede hospitalar pública estadual administrada pela Secretaria do Estado da Saúde; o do Apoio Administrativo, que contempla a folha de pessoal; o da Vigilância e Saúde, que abrange ações de vigilância sanitária e epidemiológicas, laboratório central e assistência farmacêutica; o da Adequação Física e Tecnológica, que são ações de modernização administrativa do Estado; o do Desenvolvimento de Recursos Humanos, na parte de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal; o de Autonomia Gerencial de serviços próprios do Estado, com ações de ampliação; e o da Regionalização de Assistência, que descentraliza a assistência e a atuação do Estado. Destacou que as receitas do Estado estão vinculadas a duas grandes unidades orçamentárias, a Secretaria de Estado da Saúde e o Fundo Estadual de Saúde. O representante da Secretaria da Saúde demonstrou os valores do Fundo que estão descentralizados sob a gestão das Secretarias de Desenvolvimento Regional: 518 milhões de reais de uso centralizado e 48 milhões já descentralizados, acrescentando que 285 milhões dentro da manutenção do Gabinete, onde está toda a fonte de pagamento do Estado, não são administrados diretamente pela Secretaria da Saúde, e sim pelas outras unidades que administram o sistema de pessoal. Tomando como base as três fontes de recursos, e por unidade orçamentária, fez uma discriminação detalhada de todos os itens de despesas correntes: 285 milhões no orçamento da fonte de recursos do Estado dentro do Gabinete, mais 189 milhões dentro do Fundo, e 36 milhões de recursos de convênios. De despesas de capital, o valor global foi na faixa de 58 milhões de reais, mostrando um orçamento baseado, fundamentalmente, em recursos próprios do Estado, uma vez que representa quase dois terços das receitas aplicadas em saúde em Santa Catarina. Apresentou, ainda, a avaliação da execução orçamentária no segundo trimestre dos Recursos Próprios do Estado, mostrando os valores orçados, empenhados e pagos dos recursos

diretamente administrados pelos sistemas da Administração e outros diretamente concentrados no Estado. Informou que da fonte vinculada ao Gabinete, que paga fundamentalmente a folha de pessoal, havia 285 milhões de reais e que já foram empenhados 148 milhões, o que corresponde a 52,12%, que é muito próximo dos 50% do exercício, com 135 milhões liquidados e 123 milhões já pagos. Dando continuidade à avaliação da execução orçamentária, observou que nos Recursos Próprios do Estado administrados pelo Fundo Estadual de Saúde foram orçados 220 milhões, empenhados 135 milhões (significando 64%, ou seja, mais do que os 50% do exercício), liquidados 50 milhões e pagos 31 milhões. Explicou que a diferença entre o empenhado, o liquidado e o pago está vinculada a dois fatores: a demanda de vários meses entre o primeiro empenhamento até o pagamento e a dificuldade de garantir que um orçamento do Estado seja honrado com as cotas financeiras recebidas durante o exercício, o que cria um certo bloqueio na parte da liquidação e do pagamento. Prosseguindo, apontou os recursos da Fonte 10, que é a fonte de convênio com a União, informando que dos 63 milhões orçados foram empenhados apenas 4 milhões, o que corresponde a 7% do que foi empenhado, e liquidados 3 milhões e pagos também 3 milhões. Salientou que há uma diferença importante nessa fonte porque houve uma superestimação dos valores que seriam conveniados com o Estado durante o atual exercício, uma vez que não se imaginou que seriam empenhados muito mais do que 10 milhões de reais este ano, com uma proposta de receita de 63 milhões, adicionando que, por outro lado, os recursos imediatamente disponíveis, que são recursos prévios e com objeto bem definidos, fazem com que haja pouca diferença entre os valores empenhados e pagos. Na sequência, abordou a Fonte 40 e disse que ela tem que ser dividida em duas partes, sendo a maior delas a dos recursos que o Estado recebe para pagamento direto de prestadores de serviços hospitalares e ambulatoriais que atendem a população dos 273 municípios que estão em gestão plena da atenção básica, acrescentando que os outros 20 municípios têm uma atenção chamada plena do sistema e recursos recebidos diretamente do Governo Federal, compondo assim o Fundo Municipal de Saúde, que garante a plena independência para a gestão desses serviços. Salientou que o Estado orçou 270 milhões para o exercício de 2004, empenhou 255 milhões (praticamente 94% dos recursos), liquidou 109 milhões e pagou 104 milhões, concluindo que a proposta de orçamento está relativamente subestimada para o exercício e que precisará de suplementação para honrar todos os compromissos dessa fonte até o fim de dezembro. Em seguida, o Sr. Flávio Magajewski relatou a discriminação da dívida processada, que corresponde às despesas empenhadas a pagar mais os restos a pagar processados, apresentando as dívidas dos exercícios anteriores: em 1998, 38 mil reais; em 1999, 364 reais; em 2002, 779 mil; em 2003, 27 milhões, o que soma 28.798 milhões de reais. Já os empenhos do exercício de 2004 descritos por fonte, juntamente com o total de dívidas dos exercícios anteriores, mostram uma dívida total para a Secretaria do Estado até o final do primeiro semestre de 64.191 milhões de reais, que estão sendo pagos de acordo com a possibilidade financeira da Secretaria. Ressaltou que a dívida é um recurso considerado extra-orçamentário, não interferindo no cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, explicando que são dívidas que foram acumuladas pelo reconhecimento dessa dívida na passagem de um exercício para o outro e, portanto, serão pagas com recursos sem que isso seja contabilizado no orçamento do exercício. Continuando, discriminou as transferências federais para o Estado, o recebimento direto pelos vinte municípios já referidos, a parte vinculada ao Fundo Estadual de Saúde e o total geral que o Estado recebe, que no final do mês de junho totalizaram um valor de 18 milhões para os municípios em gestão plena, 22 milhões para o Estado de Santa Catarina e R\$41.134.979,00 como total mensal transferido ao Estado para o cumprimento das várias responsabilidades transferidas pelo Governo Federal. Apresentou a produção ambulatorial de serviços do Estado por tipo de prestador, fundamentalmente as ações ambulatoriais, exames, procedimentos terapêuticos e diagnósticos, que totalizaram 19.395 mil procedimentos de março a maio de 2004, num valor total de 67.344 milhões apresentados e 64 milhões de reais pagos aos prestadores de serviços ambulatoriais. Com relação à assistência hospitalar, disse que o Estado administrou 56.165 mil internações durante este trimestre e os municípios, 39 mil, totalizando 95 mil internações e 58 milhões de reais transferidos a esses prestadores. Quanto à natureza desses prestadores, explicou que o Estado é sustentado na parte hospitalar por entidades filantrópicas, que produzem mais de 60% das internações hospitalares do Estado, e pelo próprio Governo do Estado, que propiciou 17 mil internações, adiantando que são hospitais de grande porte, de referência regional e que são absolutamente essenciais para a ampliação do acesso e da resolubilidade do sistema. Mencionou os principais investimentos na assistência hospitalar já produzidos este trimestre, ressaltando os 676 mil investidos não só na informatização e modernização administrativa das três unidades hospitalares próprias do Estado como nas duas unidades assistenciais e em parte do apoio administrativo; os 949 mil investidos na

implementação da Medicina Nuclear no serviço de cardiologia, garantindo a cintilografia do miocárdio; a reforma do quarto de iodoterapia, que permite a eliminação de praticamente setenta transferências por mês para outros Estados para tratamento de tumores na tireóide; os 224 mil aplicados em projetos, reformas, recuperação e reparos de hospitais próprios; os 13 mil investidos na reforma do pronto-atendimento do Hospital de Araquari, totalizando um investimento de R\$1.187.932,00 milhões na assistência hospitalar própria do Estado. Sobre os investimentos na assistência farmacêutica, informou que, além das medicações básicas para diversos programas da área da vigilância epidemiológica e dos hospitais próprios do Estado, é preciso dar cobertura farmacêutica e de medicações prescritas em caráter excepcional, cujo custo é bastante elevado. Comentou que o Lafesc - Laboratório Farmacêutico de Santa Catarina - reiniciou sua produção durante o exercício produzindo 10 milhões e 500 mil comprimidos de Captopril, um medicamento anti-hipertensivo que está sendo distribuído para os municípios do Estado e também para municípios do Paraná e Rio Grande do Sul, por um acordo do Ministério da Saúde. Disse que a farmácia básica, uma ação específica do programa catarinense de inclusão social, distribuiu 394.964 mil reais para 58 municípios com os piores índices de desenvolvimento social do Estado; que para medicamentos na área de saúde mental foram gastos 442 mil; que para os medicamentos estratégicos do Ministério da Saúde, que são para os programas sob controle da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, foram gastos 148 mil reais; que os medicamentos de alto custo somaram 13.248 milhões de reais no período, associados a demandas judiciais vinculadas, praticamente todas, à garantia do direito de acesso aos medicamentos de alto custo, no valor de mais de 2.032 milhões de reais. Prosseguindo, declarou que foram incluídos 1.762 mil novos pacientes no terceiro trimestre beneficiados com medicamentos, o que em média corresponde a um gasto mensal de 700 reais por paciente atendido, acrescentando que grandes investimentos foram realizados para dar competência e qualificação para a área farmacêutica, tais como a criação de um novo *software*, que permitiu a geração automática de Apacs - Autorização de Procedimentos de Alto Custo - e com acesso on-line para as Gerências Regionais de Saúde e municípios; diversas atividades de melhoria, como a revisão da Relação Estadual de Medicamentos; estruturação da Diaf com consultoria especializada através de convênio com o Ministério; discussão de um pré-projeto de ampliação da capacidade produtiva do Lafesc, inclusive com a possibilidade de financiamento federal para a construção de um novo laboratório industrial-farmacêutico de grande capacidade para os três Estados do Sul, bem como de um almoxarifado, em cujo local de construção futuramente poderá ser também construído o novo laboratório, a fim de diminuir custos de manutenção e aumentar a qualidade e outras necessidades da assistência farmacêutica. Sobre a vigilância epidemiológica, informou que o gasto trimestral foi de 669 mil reais e em várias atividades: na garantia das campanhas, na manutenção dos estoques, na qualidade dos imunopreviáveis e imunizações, na capacitação de municípios na vigilância epidemiológica de agravos, nas zoonoses, nos sistemas de informação e na área de DST, HIV e AIDS. O Sr. Flávio Magajewski focalizou algumas ações específicas da vigilância, apontou a vacinação contra a gripe para idosos, que alcançou uma cobertura de 80% com a aplicação de 380 mil doses, e a vacinação contra a poliomielite, que tinha uma cobertura estimada em 95% e chegou a alcançar 97,38%, aplicando-se cerca de 463 mil doses em crianças de zero a cinco anos, além de mencionar as capacitações desenvolvidas em todos os municípios na área da vigilância. Prosseguindo, comentou as auditorias realizadas no trimestre e destacou os 282 processos autuados, os 247 concluídos e arquivados, os 24 encaminhados ao Ministério Público, os 12 encaminhados a órgãos de classe; dezessete mil reais em glosas efetuadas e doze advertências emitidas. Salientou, ainda, que há dez processos que vieram do Governo Federal através do Disque-Saúde e 44 processos encaminhados diretamente para a Secretaria de Estado da Saúde. Quanto à natureza e origem dos processos concluídos e arquivados, ressaltou as auditorias operativas, em número de 24, e os laudos repesados, em número de 59. Em relação aos processos encaminhados ao Ministério Público, informou que as auditorias programadas renderam um processo, que as reclamações sobre ausência de tratamento renderam dois processos, que as reclamações de mau atendimento renderam um, que as reclamações sobre negligência profissional também renderam um e que as cobranças indevidas renderam oito processos. Quanto aos órgãos de classe, esclareceu que a maior parte diz respeito a cobranças indevidas. Abordando as glosas efetuadas, mostrou as unidades que tiveram recursos detidos ou estornados, num total de 114 mil reais no trimestre e dez mil no valor parcelado. Já sobre as advertências emitidas, disse que três prestadores receberam advertências por questionamentos ou desvios das normas do SUS, fundamentalmente vinculadas a cobranças e atendimentos inadequados nos municípios de Balneário Camboriú, Maravilha e São Bento do Sul. Dando continuidade à sua exposição do relatório, informou que o Plano Operativo Estadual de Saúde no sistema peniten-



ciário, que beneficiará 7.469 presidiários em 31 unidades prisionais do Estado, já foi aprovado no Conselho Estadual de Saúde e na Comissão de Intergestores Bipartite, estando sendo ultimados os procedimentos para a transferência de recursos federais, acrescentando ser esse Plano um esforço conjunto do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais da Saúde e das Secretarias da Justiça e da Segurança Pública. Apontando as unidades prisionais do Estado e suas classificações diferenciadas com assistências e negociações também diferenciadas, enfatizou que esse projeto tem um co-financiamento de 70% do Ministério da Saúde e 30% do Ministério da Justiça, incluindo estrutura física, equipamentos, medicamentos, contratações de equipes, capacitações e a gerência das unidades. Concluindo sua apresentação, deixou à disposição o site da Secretaria de Estado da Saúde para mais informações. Dando continuidade à reunião, a Sra. Coordenadora, Deputada Odete de Jesus, passou a palavra ao **Sr. Aurino Alves de Souza, Procurador de Justiça**, que inicialmente agradeceu o convite para participar desta audiência pública como membro de uma instituição que tem como princípio acompanhar a fiscalização do SUS e contribuir para que o cidadão receba do Estado o atendimento que a Constituição lhe reservou. Reiterou que por mais que na audiência se apresente um relatório das aplicações feitas, é necessário fazer uma análise mais detalhada para poder emitir alguma opinião sobre as informações apresentadas. Declarou que embora tenham sido previstos no orçamento os percentuais recomendados, efetivamente eles não são aplicados; que há uma diferença grande entre o que é orçado e o que é gasto na saúde; que com relação ao empenhado no segundo semestre e o pagamento, este não chegou à metade; que com isso parecia que a emenda não estaria sendo exatamente cumprida, externando sua preocupação em relação ao alcance das metas previstas pelo orçamento. Questionou se no valor arrecadado foi investido o percentual, se há reserva para o cumprimento do que foi orçado, se o percentual previsto, empenhado e gasto atendeu toda a demanda ou quanto da demanda. Avaliou ser preciso fazer uma pesquisa muito grande, já que há filas em hospitais por um leito, para atendimento na área de intervenção cirúrgica, para exames de alta complexidade, os quais demoram quase um ano para ser realizados, advertindo que a mamografia está sendo agendada para daqui a seis, oito meses, que as ditas cirurgias eletivas são remarcadas indefinidamente e que remédios de alto custo ou mesmo os da farmácia básica têm acesso muito restrito. Indagou se a Secretaria tem um estudo sobre a demanda reprimida em relação a exames, remédios e principalmente a leitos hospitalares nos grandes centros, e qual o percentual de atendimento. Parabenizou ao Sr. Flávio Magajewski pelo seu atendimento prestativo na Secretaria e pela eficiência na apresentação. Retomando a palavra, o **Sr. Flávio Magajewski**, respondeu ao Dr. Aurino que achava válido um estudo mais detalhado do orçamento e informou que os 505 milhões, que são fontes diretamente do Estado, representam os 12% da receita líquida e são alterados ao longo do exercício porque dependem da receita e esta não é conhecida no exercício anterior, é apenas estimada, acrescentando que o orçamento está em aberto para ser ajustado à receita. Explicou que como o incremento da receita este ano não correspondeu ao esperado, especialmente com relação às transferências federais, o Estado tem tido uma dificuldade evidente na execução do orçamento durante este exercício; que parte do orçamento da saúde incluiu o pagamento dos inativos; que o Estado tem obrigação de retirar recursos das receitas líquidas para a alocação do Fundef, avaliando que se esse recurso for retirado antes ou depois de definir os 12% da saúde, haverá uma diferença significativa. Observou que apesar de ainda não ser consenso geral, é aceitável considerar que os 12% são da receita líquida e não da receita líquida menos o Fundef, comentando que cabe ao Estado fazer o cálculo da saúde independentemente dos valores que posteriormente serão alocados ao Fundef. Disse que colocar os recursos dos inativos no orçamento não é problema, desde que ele seja suplementado com valores que possam ser contabilizados como gastos em saúde no valor exato do que será destinado aos inativos, e informou que será encaminhada para a Assembleia Legislativa uma suplementação do orçamento do Estado para o pagamento dos inativos, complementando que há gestões sendo feitas para que se adapte o orçamento da saúde também a questões vinculadas à distorção no momento de definir os 12%. Afirmou que há um projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia que destina 70 milhões de reais ao orçamento da Secretaria da

Saúde, salientando que este é o primeiro Governo em que se cumpre a emenda constitucional referente ao assunto. Na seqüência, ponderou que saúde não é uma necessidade que possa ser codificada facilmente e que são questionáveis algumas necessidades apresentadas para o Sistema de Saúde, uma vez que as questões da saúde são colocadas sempre como uma ação reativa às necessidades, que são sempre atendidas aquém do que deseja a sociedade. Observou que, paradoxalmente, Santa Catarina tem o dobro de leitos de que precisa para atender a demanda reprimida e que são patrocinados cerca de oito mil leitos desnecessários, reforçando a exigência de uma organização do sistema para definir as necessidades para internação. Comentou que as novas demandas, como, por exemplo, a de tratamento de doenças crônicas e degenerativas, que hoje têm tratamentos paliativos, ampliam os recursos da saúde no Brasil; que nenhum país do mundo esclareceu com tanta generosidade o direito à saúde, ou seja, a vontade de ter uma sociedade equânime em pelo menos alguns aspectos críticos da construção da dignidade do ser humano; que é preciso haver justiça e atender a todos os que precisam de acordo com as necessidades; que apesar de existir demanda reprimida, Santa Catarina é um oásis no País, apesar de ter um *per capita* relativamente pequeno, pois recebe menos do Governo Federal para fazer os serviços de saúde; que há diferenças regionais gritantes, citando como exemplo a região Oeste, extremamente carente em serviços e acesso à saúde pública; que a principal bandeira da Secretaria é a construção da equidade a partir de um diagnóstico regionalizado dos problemas de saúde, fazendo com que a demanda de outras regiões sejam resolvidas em qualquer lugar do Estado com a mesma qualidade que é atendida em Florianópolis. Concluiu afirmando que não vê como problema programar um serviço de saúde para um cidadão com seis meses de prazo desde que não interfira na saúde dele e que sabe que há exames que não podem esperar sequer um dia. O **Sr. Aurino Alves de Souza** intervém dizendo que há falhas no sistema porque há casos em que os exames imediatos prescritos são tratados como exames periódicos, obtendo como resposta do **Sr. Flávio Magajewski** que a diferença entre a programação e a urgência tem de ser definida e que a solução para o sistema de saúde hoje decorre fora desse núcleo das condições críticas, frisando a necessidade de se ter políticas econômicas que melhorem a qualidade de vida da sociedade. Segundo ele, as ações básicas de saúde são a principal arma para se acompanhar problemas de saúde de forma qualificada, para que não venham a se tornar emergências. A **Sra. Coordenadora, Deputada Odete de Jesus**, indagou o Sr. Flávio Magajewski sobre o pronto-atendimento, informou a dificuldade das pessoas carentes da região Oeste para conseguir uma consulta na Capital, desde transporte e alimentação, citando o caso de uma senhora de Porto União que mesmo com cirurgia marcada não foi atendida, e o caso de outra senhora que há dois anos espera por uma cirurgia, acrescentando que há muitos outros casos agravantes, inclusive em Florianópolis. Pediu uma cópia do relatório apresentado para saber quais os municípios que o Estado atende em gestão plena. Disse que recebe muitas solicitações e reclamações, através de cartas, na Comissão que preside e até exigências, como o pagamento de consultas de emergência. O **Sr. Flávio Magajewski** respondeu que o sistema não é perfeito e que o problema na Saúde transformou-se em problema político. Lembrou que Santa Catarina é um Estado que corresponde à somatória de todos os recursos alocados e que administra o bem comum, o que inclui os municípios, os Estados e a União. Destacou que em 2003 foi construído em Santa Catarina, e vige ainda em 2004, um grande processo de negociação com os municípios, o chamado PPI (Programação Pactuada Integrada), que discrimina procedimento a procedimento e aloca os 41 milhões de reais mensais que o Governo Federal transfere, praticamente *per capita*. Reconhecendo haver falhas no caso da senhora de Porto União, disse que se as demandas forem transferidas para a Secretaria é possível ajudá-la e acionar a rede de responsabilidades que está embutida na execução da política de saúde. Informou que a Secretaria está num processo de alocar recursos regionalmente, de acordo com as carências de cada região, para procedimentos de média complexidade, acrescentando que só nessa alocação haverá uma economia de dez mil viagens por mês de catarinenses a Florianópolis. Prosseguindo, reiterou o aumento da oferta de recursos na Capital, afirmando que há um encaminhamento do Estado com uma diretriz muito clara a respeito da política que tem

que ser implementada. **A Sra. Coordenadora, Deputada Odete de Jesus**, parabenizou a Secretaria pela iniciativa de vacinar os idosos e sugeriu que a vacinação fosse estendida a toda a população, ao que o **Sr. Flávio Magajewski** respondeu que há um projeto do Ministério da Saúde nesse sentido, apoiado pela Secretaria de Estado e pelas Secretarias Municipais, e que certamente a vacinação será estendida rapidamente a toda a população, pois trará um retorno social imediato. Não havendo mais ninguém que quisesse se manifestar, a Sra. Coordenadora, Deputada Odete de Jesus, justificou a saída do Deputado Onofre Santo Agostini, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

#### DEPUTADA ODETE DE JESUS

##### COORDENADORA

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O NÃO-CUMPRIMENTO DA LEI Nº 254/2003 E OS ALTOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2004, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ÀS 19H.

Ao décimo dia do mês de novembro de 2004, às 19h, sob a presidência do Deputado Wilson Vieira - Dentinho, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi realizada audiência pública com o objetivo de discutir o não-cumprimento da Lei n.º 254/2003 e os altos índices de criminalidade no Estado de Santa Catarina. Fizeram parte da mesa o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet; o Sr. Sub-Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Julimar Dagostin, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o Sr. Tenente-Coronel Clério Cezar Cordini, representando o General-Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; o Sr. Odil José Cota, Procurador de Justiça Criminal do Ministério Público de Santa Catarina; o Sr. Presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina, Sargento Amauri Soares; o Sr. Deputado Lício Silveira, membro da Comissão de Segurança Pública; e o Sr. Deputado Joares Ponticelli. O Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, iniciou a reunião saudando todos os presentes. Na seqüência, registrou a presença das seguintes autoridades: Coronel PM Emésio Rodrigues, Comandante do Comando do Policiamento Metropolitano; Tenente-Coronel Mário César Simas; Paulo Locatelli, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público; e Carlos Alberto da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública de Santa Catarina. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Lício Silveira, que, após cumprimentar os presentes, disse que faria a sua manifestação somente ao final da audiência. O Sr. Presidente passou então a palavra ao Deputado Joares Ponticelli, que, após cumprimentar os presentes, comentou ter reclamado na tribuna a falta de atuação de alguns sindicatos dos servidores públicos de Santa Catarina; que em outras épocas via os sindicatos atuarem com mais vigor, frisando a atual discussão sobre o abono salarial e comentando as poucas atuações. Explicou que tal reclamação não se aplica ao Presidente da Aprasc, Sargento Amauri Soares, cumprimentando-o pela atuação permanente e dizendo a todos os militares que podem se orgulhar de sua representação na Associação. Destacou que não há presença mais efetiva na Casa Legislativa, nos dois últimos anos, quanto a do comando da Aprasc. Observou que vem ressaltando constantemente sua preocupação com a segurança em Santa Catarina. Discorreu acerca do crescimento da violência no Estado, assunto que tem sido frequentemente abordado, inclusive pelo Diário Catarinense, que no último dia 10 de outubro trouxe matéria sobre o crescimento da violência em 88%, comparando o ano de 2002 ao de 2003. Registrou que a Aprasc, com frequência, contesta os números oficiais apresentados pelo Governo. Frisou seu entendimento a respeito da necessidade de se sair da audiência com uma definição para que a Comissão de Segurança possa ser balizada e para que se possa encontrar a realidade dos números em Santa Catarina, sendo imprescindível um entendimento entre Aprasc e Secretaria da Segurança Pública sobre tal questão. Destacou que se os números da violência em Santa Catarina continuarem contraditórios, haverá necessidade de uma fiscalização mais efetiva por parte da Comissão de Segurança. Deixou claro que tal questão ainda será debatida durante a audiência. Destacou, ainda, o não-cumprimento da Lei Complementar nº 254, avaliando que percebeu muita euforia, há um ano, quando foi acolhida a proposta do Governador, comentando ter sido incompreendido por alguns quando alertou que aquela conquista não deveria ser tão alardeada, já que temia que o aumento pudesse se constituir em um cheque virtual. Disse que gostaria de comemorar o dia em que a recomposição salarial, de fato, chegasse na conta do servidor da área da segurança. Destacou que, passado um ano da lei, nada aconteceu, frisando que quando foi discutida a lei não foi dito à Comissão ou ao Parlamento que seria preciso assaltar a Conta Única ou vender imóveis para efetuar o pagamento, que apenas foi falado que

o aumento seria implementado de acordo com o crescimento da receita, que existiu. Destacou o crescimento da receita, de 2003 até 2004, na ordem de 23%; assim, pelo menos parte da lei, já poderia ter sido acionada. Afirmou que não pode concordar com as justificativas sem fundamento de que o Governo vem se utilizando, inclusive tentando pressionar a Oposição da Casa. Ponderou que o dinheiro da Conta Única não é de propriedade nem do Governo nem dos servidores, mas de mais de sessenta mil cidadãos que possuem depósitos em juízo, pessoas que aguardam o encerramento de suas demandas para poderem ter acesso ao dinheiro que é de sua propriedade. Ressaltou que a política salarial para o pessoal da Segurança Pública foi festejada e é compromisso de campanha do Governador, que por isso tem que ser implementada conforme o estabelecido, ou seja, com o crescimento da receita. Expôs que se o crescimento não foi suficiente o Governo precisa gastar melhor, pois entende que não há queda da receita mas um gasto sem planejamento, especialmente por conta de uma megaestrutura administrativa, com vinte e nove Secretarias Regionais espalhadas pelo Estado que não prestam qualquer benefício em favor do povo catarinense. Colocou-se à disposição para continuar fazendo a cobrança, afirmando ser a Assembléia uma Casa de responsabilidade. Disse ainda que quem encaminhou a lei precisa cumprí-la, pois a Assembléia não é uma Casa de brincadeiras. Parabenizou a todos pela luta, colocando-se novamente à disposição. Em seguida, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, deixou livre a palavra; não havendo manifestação, leu um breve histórico sobre o projeto da Escala Vertical. Lembrou que o projeto reorganizaria a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança Pública; que tais profissionais estavam há seis meses em negociação com o Governo, negociações essas conduzidas pela Aprasc e pelos sindicatos dos servidores da Segurança. Afirmou que o trabalho da Assembléia Legislativa foi relevante e reconhecido pelos praças. Disse que, na época, foi recomendado que a categoria deveria continuar mobilizada para pressionar o Governo, objetivando o cumprimento do projeto aprovado pelo Legislativo. Ainda utilizando-se da leitura do documento, ponderou que, atualmente, a reivindicação dos praças é mais do que justa, pois se o salário dos praças de Santa Catarina fosse adequado à Lei n.º 254/2003 haveria um aumento na remuneração da categoria de 98,81%, já que, conforme compromisso assumido pelo Governador, a cada semestre o Governo repassaria 15% do previsto em lei. Esclareceu que até o momento nada havia sido repassado aos praças, apenas aos oficiais, que já receberam 55,03% de reposição. Salientou a prioridade que o Governo Lula tem dado à segurança pública. Complementou dizendo que talvez a audiência não fosse tão necessária se a segurança fosse prioridade do atual Governo Estadual. Salientou as manifestações dos praças no ano de 2004 e deixou claro que só a luta faz a lei ser cumprida, frisando que já está na hora de o Governo Estadual fazer a sua parte. Destacou os índices alarmantes da violência na Grande Florianópolis durante o primeiro semestre de 2004 e destacou, ainda, a inoperância do Governo do Estado em alguns casos, dando como exemplo o fato de que a cada dez homicídios ocorridos em Florianópolis sete sequer são investigados. Após o relato sobre a questão da legislação, deixou clara a importância da continuidade da luta, pois a luta faz a lei e se não houver luta a lei não será cumprida. Salientou que o Poder Legislativo já fez sua parte aprovando a lei, que já foi publicada sem qualquer veto do Governo do Estado. Observou que, além da luta, o próximo passo que poderá ser efetivado pelo Poder Legislativo através de algum Deputado é o oferecimento de queixa ao Ministério Público, no sentido de que abra um processo contra o Governo. Incentivou a mobilização dos praças, inclusive apontando a greve como um dos meios utilizados para a reivindicação de direitos. Comentou que o direito dos praças não pode continuar virtual, que os salários devem ser justos e dignos. Em seguida, registrou a presença do Sr. Dejour Vicente Pinto, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e do Coronel PM Aliatan Silveira. Na continuidade, abriu inscrições para a manifestação do público a respeito dos dois temas discutidos. O Sr. Carlos Alberto da Silva, Vice-Presidente do Sintrasp, iniciou seu pronunciamento comunicando ao Deputado Joares Ponticelli, que criticou os sindicatos por não estarem tão atuantes quanto deveriam, o fato de que o Sindicato dos Trabalhadores da Segurança Pública não foi avisado a respeito da audiência pública, por certo também a Polícia Civil. Com relação à luta dos praças, disse que está aguardando o Governo cumprir o prometido na Lei 254/2003. Observou, com relação ao alarmante índice estatístico de violência no Estado, que o grau de resolução de crimes beira, no máximo, os 4%. Concluiu, assim, que o salário faz a diferença na qualidade dos serviços de segurança pública. Discorreu acerca do baixo salário dos policiais de Santa Catarina, 25º da Federação. Frisou o alto custo de vida em Santa Catarina, principalmente em Florianópolis. Concluiu ressaltando que o Governo deve tomar medidas urgentemente e que a própria Assembléia Legislativa tome alguma providência. Dando continuidade, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, registrou que o convite foi feito a todas as instituições ligadas à Segurança Pública do Estado

de Santa Catarina, que deve ter havido algum problema na entrega. Prosseguindo, passou a palavra ao Sr. Alceo Córdova Padilha, da Aprasc, que questionou o que é a lei. Falou do projeto de lei, votado há um ano, que concedia reajuste ao pessoal da área da segurança pública mas que beneficiou apenas os oficiais. Salientou que os oficiais, assim, estão motivados, ao contrário dos praças. Argumentou que foi dito que com o incremento da receita haveria repasse aos praças mas que houve o aumento e nada foi repassado. Advertiu que o Governador do Estado está zombando com a área da segurança e com os Deputados que votaram a lei. Pediu, por fim, que a Casa entrasse com uma representação contra o Governo do Estado se o Governador não se mostrar disponível. Na seqüência, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, passou a palavra ao Sargento Amauri Soares, Presidente da Aprasc, que cumprimentou a todos e destacou a presença de policiais de vários municípios do Estado. Explicou que durante todo o ano acreditou na possibilidade de se mudar a realidade salarial. Observou que, de novembro de 2003 até hoje, uma lei que deveria beneficiar os praças acabou auxiliando apenas a cúpula. Salientou que houve deturpação na aplicação da lei. Declarou que, durante o ano, houve várias manifestações e, por várias vezes, autoridades comprometeram-se a cumprir a Lei 254/2003. afirmou, inclusive, que tem um compromisso de aumento assinado na faixa de 15% por semestre, iniciando o pagamento em março de 2004, mas que nada foi efetivado. Observou que o teto salarial do Estado foi aumentado, havendo um gasto maior. Frisou que em 2003 os praças receberam a anistia de punições recebidas no Governo anterior por reivindicações de salário, mas que tais punições continuam, havendo dezenas de processos contra praças por terem se manifestado sobre o cumprimento da Lei n.º 254/2003. Ponderou que a situação encontrase em um impasse e que o temor não era com relação à eleição, mas referente à Operação Veraneio que está chegando. Ressaltou que tal impasse pode levar a uma situação drástica para a Segurança Pública e para os próprios praças. Explicou que o regulamento dos praças precisa ser modificado, já que é utilizado de forma discricionária. Salientou que a Aprasc quer o cumprimento da Lei n.º 254/2003. Ponderou que, apesar da situação, os praças pagarão o preço para que sejam cumpridos os compromissos assumidos com eles. Pediu ao Governo que diga, na audiência pública, algo diferente do que tem dito a respeito da primeira parcela da Lei n.º 254/2003. Destacou que os praças são o segmento da Segurança Pública que ficou de fora. Disse ainda não admitir continuar sendo enrolado por conta de um regulamento que não permite a manifestação dos praças. Concluiu afirmando que se os praças forem vetados nessa manifestação digna, decente e justa certamente haverá prejuízos maiores para a sociedade. Reiterou que espera uma resposta do Governo com relação ao cumprimento da Lei n.º 254/2003. Agradeceu pela atenção e pela oportunidade criada pela Assembléia Legislativa, avisando que no dia 1º de dezembro haverá na Capital concentração dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Prosseguindo, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, solicitou ao câmara que filmasse as faixas ostentadas no Plenário, para que o povo catarinense pudesse ver a mobilização na Assembléia Legislativa. Dando continuidade, comentou que deixaria algumas perguntas ao Sr. Secretário da Segurança Pública para que as respondesse durante sua explanação. A primeira pergunta foi se teria alguma resposta com relação ao reajuste, qual a real perspectiva que o Estado tem de fazer cumprir a lei. A outra pergunta foi com relação aos índices de violência, afirmando que gostaria de ler alguns números para verificar o motivo das diferenças tão grandes de um ano para o outro, de um semestre para o outro. Com isso, passou a discorrer sobre os índices da criminalidade do primeiro semestre de 2003, comparando-os aos do primeiro semestre de 2004, percebendo-se uma redução em todas as porcentagens. Reiterou que fez tais questionamentos porque, de acordo com as reduções que constam do documento, o Estado deveria estar bem melhor com relação ao sistema de segurança e as reduções deveriam estar, assim, sendo sentidas na prática. Comentou que o que mais lhe chamava a atenção eram os índices de São José, onde as diferenças são ainda maiores. Concluiu pedindo que o Sr. Secretário falasse a respeito dos números e sobre os motivos das diferenças tão acentuadas, já que na prática a melhora com relação à criminalidade não foi sentida. O Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, iniciou seu pronunciamento colocando o que a Secretaria tem feito, em termos de segurança, nos últimos sete meses. Disse que a visão de segurança pública da Secretaria abrange três pontos: inteligência, repressão e ocupação social; que a inteligência é o trabalho de investigação; na repressão, a maior atuação é da Polícia Militar, prevenindo e reprimindo a atuação dos criminosos, antes ou após a prática do crime; e a ocupação social, trabalho que não é da Secretaria de Segurança, mas as Prefeituras estando presentes nos locais de risco social, tais como áreas invadidas e favelas. Informou que os serviços de inteligência e repressão, basicamente, são realizados pela Polícia Civil e Militar. Complementou dizendo que tem procurado incentivar e criar ações de concentração do trabalho da Polícia Civil na investigação e do trabalho da Polícia Militar na visibi-

lidade, na ostensividade e na repressão. Destacou que está procurando trabalhar no sentido de um planejamento estratégico, com um projeto concentrado em inteligência e preparo para o policial no relacionamento com o público e para que sejam discutidas as questões de segurança e inteligência, com foco na investigação do policial civil e na visibilidade, na presença da Polícia Militar nas ruas. Com relação à Lei n.º 254/2003, observou que o que mais quer é a pacificação da questão com a boa aplicação da lei. Disse que não foge dos problemas, que quer encontrar a solução juntamente com os praças. afirmou que quer que a lei seja corretamente aplicada, já que entende que ela, em tese, é boa, que sua aplicação é que se deu de forma injusta, argumentando que a aplicaria, primeiro, para aqueles que ganham menos. Explicou que o objetivo da lei é fazer um nivelamento. afirmou ter a solução e disse querer discuti-la posteriormente. Disse ainda que não houve a aplicação da lei conforme o Governador e a Aprasc queriam, mas que, embora pequeno, houve repasse. Lembrou que a lei tem um limite e que, para fazer os primeiros aumentos, tem que obedecer ao art. 12, II, da Lei n.º 254/2003, que é o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inquiriu o Sr. Amauri Soares a respeito das punições, pois o Comandante da Polícia Militar afirmou não ter havido punição, apenas abertura de processos para a aplicação do regulamento. Complementou explicando que não sabe, então, se houve ou não punição. Assim, perguntou se alguém já foi punido por algum ato. Quanto à pergunta do Presidente em relação à questão do não-cumprimento, deixou claro que quem aplica e dá autorização para aumentos não é ele, mas a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Administração, que a informação que tem é de que a lei já foi aplicada. Com relação à pergunta sobre a redução dos índices de criminalidade, afirmou que os números que tem são exatamente aqueles, todos feitos pela polícia. Ressaltou que se o Deputado Dentinho os coloca em dúvida deve dizer quais são os números diferentes e prová-los. Frisou que confia bastante nos policiais que lhe apresentaram o quadro com os números, dados que estão no *site* da Secretaria. Com respeito a outras questões, disse que para aplicar a lei e pagar os praças é preciso ter dinheiro, declarando que são cinco milhões e meio para aplicar os 15% ao mês. Finalizou colocando-se à disposição para responder a outros questionamentos. Retomando a palavra, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, agradeceu ao Secretário e respondeu que os números foram obtidos na própria Polícia Militar e que ficou impressionado com a redução substancial da criminalidade apontada no documento. Em seguida, o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, perguntou se tais números contestavam os dele, obtendo como resposta que não, que os números eram comparativos, mas se demonstravam a realidade, que Santa Catarina estaria caminhando para resolver os problemas da criminalidade, ao que observou que se está muito longe do pretendido, mas que entende que pelo menos o aumento excessivo da criminalidade foi estancado, complementando que os números gerais da criminalidade estão sendo reduzidos. O Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, utilizando-se do exemplo dos números em São José, afirmou ter havido redução de 49% no comércio de tóxicos e entorpecentes, concluindo, então, que está praticamente sendo extinto o tráfico de drogas em São José, obtendo como resposta do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, que o tráfico não está acabando, que o número ainda é muito grande, mas com relação ao número de crimes não descobertos, com a criação da Central de Polícia, de trinta homicídios vinte e nove tiveram sua autoria descoberta. Concluiu ponderando o que foi colocado pelo representante do Sintrasp com relação a Santa Catarina ser o 25º Estado que menos paga, afirmando que sua informação é a de que o Estado está em pé de igualdade, em termos de pagamento, com São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Houve grande manifestação nas galerias e o Secretário disse que a igualdade é referente a praças e a policiais civis. afirmou não ter qualquer dado com relação aos oficiais. Na seqüência, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Carlos Alberto da Silva, Vice-Presidente do Sintrasp, que, dirigindo-se ao Secretário, ressaltou que o salário da Polícia Civil e da Polícia Militar é de mil e trezentos reais iniciais, incluindo-se aí o abono, o vale-alimentação, o adicional noturno e a hora extra, ao que o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, disse que a informação que tem é de que o Estado de Santa Catarina está entre os melhores e não em 25º lugar. Retomando a palavra, o Sr. Carlos Alberto da Silva, Vice-Presidente do Sintrasp, informou que nos dias 17 e 18 de novembro estará em Brasília, em um seminário de segurança pública para a Polícia Civil, tentando carimbar verba específica para que se possa criar o salário mínimo nacional de Polícia Civil e Militar e do sistema prisional. Salientou, ainda, que irá trazer os números para o Secretário, demonstrando que não falou inverdades. Destacou que o salário de Santa Catarina tem que estar entre os melhores, por ser este um Estado rico e produtor, mas sem receita por conta de uma lei burra que o Governo Lula ainda não fez questão de derrubar. O Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedit, frisou, então, que os dados que possui são dos

Secretários de Segurança do País, ao que o Sr. Carlos Alberto da Silva, Vice-Presidente do Sintrasp, ressaltou que existe muita fantasia naquilo que é dito nas esferas da cúpula, frisando que é preciso que se tenha salários justos. Prosseguindo, o Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao Sr. Manoel João da Costa, Secretário-Geral da Aprasc, que se dirigiu ao Secretário da Segurança indagando sobre o não-conhecimento das punições que todos os apoiadores da Aprasc têm sofrido, reiterando que todos têm passado por represálias. Observou que não consegue entender a falta de coerência do Governo, que fez campanha dizendo que iria cancelar todas as punições disciplinares, inclusive havendo o Decreto n.º 186, de 5 de maio de 2003, que faz tal cancelamento. Deixou claro que, independentemente disso, os apoiadores da Aprasc estão sendo perseguidos mas não irão temer tais perseguições. Por outro lado, disse não entender como o Secretário citou a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o Governo concedeu dois soldos e meio, no início do Governo, aos oficiais, acrescidos do adicional de tempo de serviço. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Lício Silveira, que disse que tempos atrás a Comissão de Segurança viajou por todo o Estado de Santa Catarina para conhecer a realidade do sistema prisional e em todos os lugares se deparou com o problema salarial, afirmando que agora está cobrando uma ação efetiva a respeito do assunto. Saliu que o Sr. Governador, na época das eleições, fez a promessa de aumento salarial; que os projetos de lei foram aprovados mas nada foi cumprido, que os praças foram iludidos. Disse ainda que há gastos indevidos no Governo, logo, dinheiro existe, que o que falta é aplicá-lo adequadamente. Observou que compreende perfeitamente a angústia do Secretário; que entende que ele se sintia impedido de assumir a responsabilidade. Assim, argumenta haver apenas um caminho, que é o do movimento pacífico e organizado. Deixou claro que acredita que a Assembléia deva fazer um encaminhamento para ajudar o Governo a cumprir a promessa feita. Explicou, ainda, que a Oposição é tida como culpada por não ter aprovado a Conta Única. Finalizando, propôs que fossem feitos encaminhamentos, apoiando a sugestão do Sr. Alceo Córdova, da Aprasc, no sentido de a Assembléia fazer uma representação legal contra o Governo pela não-aplicação da Lei n.º 254/2003. Disse que outro encaminhamento seria da própria categoria, que não são os Deputados que dirão o que deve ser feito. Frisou que o assunto deve continuar sendo tratado com maturidade e perseverança. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sargento Amauri Soares, Presidente da Aprasc, para as considerações finais, que esclareceu a questão da redução da criminalidade, explicando que os crimes de menor potencial ofensivo já não são mais registrados porque a polícia não dá mais conta. Ressaltou que há a impressão de que a violência está diminuindo, o que não é verdade. Quanto à questão das punições, citou o caso específico de quinze companheiros de São Lourenço do Oeste e de Campos Novos, que fizeram manifestação pacífica pelo cumprimento da lei e que agora estão enfrentando um processo administrativo disciplinar sem qualquer outro motivo aparente. Concluiu perguntando ao Secretário se o Governo tem algo em termos de remuneração para oferecer aos praças antes da próxima Operação Veraneio, que se inicia em dezembro. Na seqüência, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Odil José Cota, representante do Ministério Público, que disse o seguinte: "Sr. Vice-Presidente da Comissão, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Segurança, Sr. Presidente da Associação, senhores praças, tudo que diz respeito ao combate à criminalidade e tudo que diz respeito ao trabalho para diminuir o índice da violência em nosso Estado interessa ao Ministério Público. Por isso que, ao receber a comunicação desta audiência pública, o Sr. Procurador-Geral de Justiça determinou um dos Procuradores, e eu, como Procurador de Justiça da área criminal, me fiz presente mais, como aconteceu, para ouvir e discutir alguma coisa relacionada com a criminalidade. Observei que o grande mote da luta, da discussão, hoje, diz respeito à melhoria dos praças da Polícia Militar, do cumprimento da Lei n.º 254, e quero dizer ao Sr. Vice-Presidente, ao Presidente da Associação, aos Srs. Deputados e aos praças que o Ministério Público, a partir do que ouviu hoje aqui, está atento, de forma que possa, de alguma maneira, ajudar para a solução desse problema que aflige os praças da Polícia Militar. Evidentemente que tudo que diga respeito, como eu disse, ao combate à criminalidade e à remuneração, à boa remuneração do policial e à motivação para o trabalho - que eu ouvi aqui que os praças estão desmotivados -, interessa ao Ministério Público que seja solucionada essa questão,

a fim de que cada vez fique melhor o trabalho da Polícia Civil e Militar no nosso Estado. Então, foi uma honra estar presente. Ouvi bastante, vou levar ao Procurador-Geral de Justiça, e o Ministério Público está atento para ajudar no que puder". Dando continuidade, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, declarou que irá apresentar uma representação ao Ministério Público com relação à Lei n.º 254/2003. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, que observou que o Deputado Lício disse que a Lei n.º 254/2003 não foi cumprida, mas fez uma correção, afirmando que ela ainda não foi cumprida no que concerne aos 15% que os praças reivindicam. Deixou claro que ela já foi aplicada e implementada, mas, na sua avaliação, de forma injusta. Comentou que, se pudesse decidir hoje, zeraria tudo e começaria a aplicar a lei de forma diferente, iniciando por quem menos ganha, pois esse era o objetivo da lei, ou seja, dar um aumento diferenciado aos praças. Dirigindo-se ao Sargento Amauri Soares, disse que não tem hoje uma posição, mas que está sempre disposto a dialogar; que havendo uma posição do Governo, gostaria de estar presente para poder transmiti-la. Por sua vez, o Sr. Vice-Presidente, Deputado Wilson Vieira - Dentinho, disse que a lei que foi feita pela Assembléia Legislativa continua virtual e que se os praças quiserem transformá-la em uma lei real terão que lutar muito; que no seu entendimento a luta faz a lei e é através da luta que o direito será conquistado. Em seguida, agradeceu a todos pela participação e declarou encerrada a audiência pública.

**DEPUTADO WILSON VIEIRA**

**VICE-PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 357/2004, comunica que na licitação modalidade Pregão n.º 028/2004, referente a aquisição de papeis diversos, foram vencedoras as seguintes empresas:

**Lote 01 -**

Vencedora: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 41.391,20

**Lote 02 -**

Vencedora: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 2.825,90

Florianópolis, 16 de novembro de 2004.

CECÍLIA BIESDORF THIESEN

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO

### EXTRATO Nº 113/2004

REFERENTE: Contrato CL n.º 041/2004-00, celebrado em 19/10/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **A M D LOCADORA DE CONTAINERS LTDA.**

OBJETO: Locação de um container (módulo metálico habitacional) código 06274- EB-13/0, medindo 2,30x6,00x2,20m (altura interna), contendo 01 (uma) porta de aço abrindo para fora, de 0,83x2,15m, 02 janelas maxim - ar, em chapa de aço galvanizado, para ser instalado na sede da CONTRATANTE, para colocação de materiais do depósito de almoxarifado, a ser desativado pelas obras do auditório.

VALOR: O valor mensal da locação é de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais); constituindo total de locação para este contrato R\$1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais), acrescido de R\$300,00 (trezentos reais) de frete de retorno, totalizando o valor global do contrato em R\$2.060,00 (dois mil e sessenta reais).

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrevogáveis, exceto por força de disposição legal, especialmente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93.

VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, compreendida entre 19/10/2004 e 19/06/2005.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 33.90.39.09 (Armazenagem) do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Autorização para Compras e Serviços de Pequeno Valor n.º 1043/2004.

Florianópolis, 19 de outubro de 2004.

Deputado Volnei Morastoni - Contratante

Fernando Maia Pretti - Contratada

\*\*\* X X X \*\*\*